

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 034

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Boa-tarde a todos!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelas Comissões de Constituição e Justiça e Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 116/05, Mensagem nº 38, que dispõe sobre as Diretrizes para realização da Lei Orçamentária de 2006.

Convido para fazer parte da Mesa: o Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, o Vereador Gonçalo Ferreira de Almeida; o Sr. 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Deputado Riva; o Sr. Osemário Daltro, que ora representa o Secretário Yênes Jesus de Magalhães; o Sr. Deputado Zeca D'Ávila, 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso; o Sr. Deputado João Malheiros, Vice-Presidente da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária, que ora representa o Deputado Carlão Nascimento; o Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio; a Srª Deputada Verinha Araújo; e o Deputado Campos Neto.

Registramos, também, as presenças: do Sr. Vereador Benedito Francisco Curvo, 2º Secretário da Câmara Municipal de Várzea Grande; do Sr. Vereador Vanderlei Cerqueira; do Vereador Charles Caetano Rosa; do Vereador Ismael Alves da Silva; do Vereador Edgar Santana de Oliveira; da Srª Vereadora Aziza Baracat de Lima.

Queremos registrar a presença do Sr. Gilson de Oliveira, do Município de Sinop; cumprimento o ex-Deputado Benedito Pinto da Silva, Diretor-Presidente da PREVIVAG.

Agradecemos também toda a equipe técnica da Secretaria de Fazenda e de Planejamento; a presença do Vereador Sérgio Rabelo da Rocha; imprensa que se faz presente, senhores e senhoras.

Composta a Mesa, convido a todos para que, em pé, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(NESTE MOMENTO, É ENTOADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós queremos registrar que o Secretário Yênes Magalhães justificou, anteriormente, que vai se fazer presente nesta Audiência Pública, só que irá chegar um pouco atrasado e o Osemário também confirma. O Secretário Yênes já tinha me ligado, na semana passada, passando essa posição devido uma audiência já pré-marcada com o Governador do Estado.

Antes de passar a palavra ao Dr. Osemário, que representa a SEPLAN, nós queremos agradecer ao Presidente a acolhida, à receptividade com todos os Srs. Deputados, e nós do Colégio de Líderes definimos por duas audiências públicas que serão realizadas para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentária e o PPA. E lá, com consenso de todos, definimos que seria uma no Município de Várzea Grande, convidando a União das Câmaras, e outra Sessão para o dia 27 na

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Associação dos Municípios - AMM, convidando todos os Prefeitos também para aqueles que tiverem alguma sugestão, que terá a oportunidade de discutir nessas audiências públicas.

E a vontade da Assembléia Legislativa é de votar essa Lei de Diretrizes Orçamentária ainda este mês, se possível. Mas, desde já, agradecemos ao Presidente e a todos os Vereadores pela receptividade.

Com a palavra, o Dr. Oscemário Daltro, que é o Secretário Adjunto da SEPLAN.

O SR. OSCEMÁRIO DALTRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, demais Vereadores, população presentes, colegas da SEPLAN e da SEFAZ.

Sr. Presidente, nós vamos fazer uma explanação sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias encaminhada à Assembléia Legislativa no dia 30 de maio passado. E, juntamente com nossa equipe da SEPLAN e da Fazenda, vão se colocar à disposição para esclarecimentos que assim se fazem necessária e nos colocaremos após a apresentação à disposição também para complementar essas informações.

Então, vou pedir licença para me colocar de pé e vamos fazer seguir, gostaria de convidar a todos para que acompanhe apresentação nesta tela.

Bom, a Lei de Diretrizes Orçamentária, com relação a esses quatro aspectos: que é como instrumentos de planejamento que antecede o orçamento, o conceito da lei, o fundamento legal e o prazo que se estipula.

Como instrumento de planejamento que antecede o orçamento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, junto com o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, constitui um conjunto integrado de instrumentos de planejamento criados pela Constituição Federal de 1988, compreendendo as metas e prioridades da Administração Pública Estadual, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispendo sobre alterações na legislação tributária, estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LDO constitui um elo entre o PPA e a LOA, pois é por intermédio desse instrumento legal que são dadas as diretrizes para elaboração do orçamento. Isto é, na LDO são elencadas ações que serão priorizadas em cada exercício a partir das diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no PPA.

A LDO tem o papel de regulamentar a estrutura do Orçamento, estabelecer as diretrizes anuais da gestão fiscal do Estado. O Orçamento Geral do Estado de Mato Grosso contempla apenas programas que estejam previstos no Plano Plurianual do Estado.

Como instrumentos de planejamentos e a proposta de estarem interligados esses instrumentos, nós apresentamos aqui os objetivos dos instrumentos legais, que são o PPA, a LDO e a LOA. E, como instrumento gerencial, nós temos o PPA, que vai direcionar para elaboração da Lei Orçamentária, ou da LOA. Então, o PPA, com objetivos indicadores estratégicos para quatro anos, com seus programas, objetivos e metas, a LDO, com as diretrizes e metas fiscais, programas e metas prioritárias anuais e o PPA, como instrumento, ferramenta gerencial, vai discutir e elencar os programas, projetos, atividades e metas anuais, o plano de ação com os custos responsáveis e prazo pela execução, que vai direcionar para elaboração da Lei Orçamentária Anual, com os programas, projetos atividades e metas anuais, com a estimativa da receita e fixação da despesa com suas classificações orçamentárias.

Então, é importante aqui colocarmos - vale uma ressalva - que o que se pretende é utilizar todos os instrumentos legais para melhor empenharmos o planejamento das ações de Governo para o Estado de Mato Grosso. E o Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Planejamento e dos demais órgãos, tem pautado por esses instrumentos, tratando hoje o PPA como um instrumento de longo prazo, que nós estamos observando os quatro anos, e os demais instrumentos, todos eles pautados por esse instrumento maior que é o PPA.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O conceito na Lei de Responsabilidade Fiscal e a LDO.

Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a LDO assumiu um papel importante, mais importante como instrumento de gestão fiscal, pois além de contemplar a meta de superávit primário, estabelece critérios para fixação de limites para execução de despesas previstas no Orçamento, bem como incorpora os anexos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal que evidenciam as metas fiscais, os riscos fiscais, dentre outras informações.

As disposições da LDO 2006. As disposições da LDO estão pautadas nesses itens, que são: as prioridades e metas da administração pública estadual; a estrutura e a organização dos orçamentos; as diretrizes gerais para a elaboração, execução e acompanhamento dos orçamentos do Estado e suas alterações; as disposições sobre as transferências constitucionais; as disposições sobre as transferências voluntárias; as disposições sobre os precatórios judiciais; as disposições sobre a política para aplicação dos recursos da agência financeira oficial de fomento; as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais; as disposições sobre a administração da dívida pública estadual e das operações de crédito; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; e as disposições finais.

Então, aí está composta a nossa LDO.

O Fundamento Legal.

Está fundada no art. 165 da Constituição Federal e seus parágrafos e incisos, no art. 162, parágrafos e incisos da Constituição Estadual, e no art. 4º da Lei Complementar nº 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação aos prazos e alterações de prazo da LDO.

A Emenda Constitucional nº 29 - isso da Constituição Estadual, no seu art. 164, os projetos de Lei do Plano Plurianual de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual serão enviados ao Poder Legislativo pelo Governo do Estado nos seguintes prazos: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, anualmente, até 30 de maio. Foi o que já ocorreu neste ano por força dessa mudança na legislação que transferiu de abril para maio.

A criação da Lei de Diretrizes Orçamentárias visou promover uma maior inserção no Poder Legislativo no processo da elaboração do Orçamento, pois com esse instrumento os legisladores passam a ter um *locus* concreto de intervenção da agenda decisória que irá fomentar a elaboração da LOA.

Aqui nós fazemos um comentário com relação a essa aproximação, esse prazo mais próximo, entre LDO e LOA, que vai possibilitar uma percepção maior e um acompanhamento mais próximo com relação à execução e o levantamento das receitas e o comportamento no decorrer do ano que vai culminar lá na LOA, na Lei Orçamentária Anual.

Tradicionalmente, a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral é responsável pela Coordenação do processo de elaboração e pela consolidação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Os principais pontos: aqui nós vamos abordar os pontos principais dessa LOA, LDO-2006, com algumas alterações que ocorreram nesse projeto de lei e assim os pontos principais que assim entendemos que devam ser colocados à disposição até para suscitar uma discussão e poder encaminhar o dispositivo legal.

“Art. 2º Em consonância com o art. 162, § 2º, da Constituição Estadual, as metas e as prioridades do projeto de lei orçamentária para o exercício financeiro de 2006 serão compatíveis com o Plano Plurianual para o período de 2004-2007, de acordo com o Anexo I constante desta lei.”

Então, nós vamos ter lá no Anexo I dessa Lei reafirmando que há uma amarração direta com o Plano Plurianual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

“Art. 3º, § 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.”

Então, a Lei é clara e assegura as ações todas dentro do procedimento legal.

“§ 2º Os programas governamentais serão identificados segundo as regiões de planejamento constantes no Plano Plurianual 2004-2007.” Nós vamos fazer uma abordagem à frente com relação à regionalização.

“§ 3º Os projetos, atividades e operações especiais que têm impacto em todo Estado, ou que atendam a situações emergenciais, serão alocados no código 9900 - Todo Estado.”

É uma discussão que sempre se levanta, mas como também está numa apresentação lá no final, nós vamos voltar a esse ponto de regionalização que foi um ponto de discussão por ocasião da aprovação da Lei Orçamentária de 2005.

O art. 12 do Capítulo III, das Diretrizes Gerais para a Elaboração, Execução e Acompanhamento dos Orçamentos do Estado e suas Alterações: “A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levará em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo II, considerando, ainda, os riscos fiscais demonstrados no Anexo III desta lei”.

Então, no Anexo III, nós temos lá apresentação dos riscos possíveis, que poderão ocorrer, e aí a possibilidade de remanejar ou de poder movimentar a LDO, conforme a lei.

O parágrafo único do art. 12: “Serão divulgados pelo Poder Executivo na *Internet*:

- a) as estimativas das receitas;
- b) a proposta de lei orçamentária, seus anexos, a programa constante do detalhamentos das ações e as informações complementares;
- c) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- d) a execução orçamentária com o detalhamento das ações por função, subfunção, programa, e de forma acumulada;
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias.”

“Art. 13 As metas fiscais constantes do Anexo II desta lei poderão ser alteradas através de autorização legislativa, se verificado que o comportamento das receitas e despesas e as metas de resultado primário ou nominal indicarem uma necessidade de revisão.”

“Art. 15 As propostas do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e dos órgãos e entidades do Poder Executivo serão encaminhadas à Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral até o dia 12 de agosto de 2005, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2006, observadas as disposições desta lei.”

A Emenda Constitucional nº 45 vai falar sobre a Defensoria Pública. Então, é uma situação nova que está sendo colocada, que é a Defensoria Pública, que não fazia parte, nesse campo de discussão.

“Art. 22 Fica o Poder Executivo autorizado a criar grupo de despesa, procedendo a sua abertura na forma do art. 42 da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo único Para efeito deste artigo, entende-se grupo de despesa como um nível de classificação de despesa, identificador de um objeto de gasto, dentro de um programa já existente.”

“Art. 25 A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de lei orçamentária, a no mínimo 2% (dois por cento)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

da receita corrente líquida e a 1% (um por cento) na lei orçamentária, sendo, no projeto e na lei, considerada como despesa primária para efeito de apuração do resultado fiscal.

Parágrafo único Não será considerada, para os efeitos do *caput*, a reserva à conta de receitas próprias e vinculadas.”

Aqui, o que se está colocando... Já está explicado. Então, não há dúvidas.

“Art. 44 Serão observados pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pelo Ministério Público e Defensoria Pública do Estado, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, os limites previstos nos arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/00.

Parágrafo único A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, em articulação com as Secretarias de Estado de Administração e de Fazenda, observará os parâmetros fixados no dispositivo constitucional e legislação pertinente, mencionados no *caput*, bem como as metas estabelecidas no programa de manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

“Art. 46 No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2006, no âmbito de cada Poder, da Defensoria Pública e do Ministério Público, fica autorizada a revisão do vencimento dos servidores públicos estaduais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, II e alíneas, da Lei Complementar Federal nº 101/00 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.”

“Art. 59 A prestação anual de contas do Governo do Estado será entregue pelo chefe do Poder Executivo à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, conterà os seguintes documentos:

I - Relatórios da evolução dos indicadores dos objetivos estratégicos, da execução dos programas e seus indicadores, dos projetos, das atividades e das operações especiais, contendo identificação, data de início, data de conclusão, execução física, orçamentária e financeira, estabelecidos no Plano Plurianual 2004-2007 e na respectiva Lei Orçamentária;

II - Balanço Geral do Estado.”

Nas Metas e Prioridades, há priorização dos objetivos finalísticos para 2006:

- melhorar a qualidade de vida para promover a cidadania;
- reduzir o número de pessoas em condições de vulnerabilidade social;
- promover o desenvolvimento sustentável da economia, fortalecendo a competitividade, a diversificação e a participação nos mercados nacional e internacional com base nas potencialidades regionais, ampliando a participação do micro, pequeno e médio empreendimento;
- garantir o uso ordenado dos recursos naturais, visando ao desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental;
- melhorar o desempenho da gestão pública estadual;
- dar sustentabilidade à gestão das políticas públicas, garantindo o equilíbrio fiscal e a capacidade de financiamento do Estado, visando ao atendimento das necessidades da sociedade.

Com relação a essa priorização, são seis prioridades que estão no PPA, mas o Governo resolveu atender quatro prioridades, priorizar quatro das seis, e das quatro priorizamos ainda onze programas. Quais sejam esses onze programas e quais suas ações e seus projetos? Implementação e efetivação da microrregionalização da saúde.

- Inclusão pela educação; incentivo à organização da produção da agricultura familiar; geração de trabalho, emprego e renda; redução da criminalidade; Programa Meu Lar e Nossa Terra Nossa Gente; desenvolvimento científico e tecnológico de Mato Grosso e desenvolvimento industrial e comercial; Programa Estradeiro; Gestão de recurso da fauna e flora.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Bom, esses objetivos que nós colocamos, dos seis foram priorizados quatro. Desses quatro, onze programas estratégicos, prioritários para o Estado, deixando de lado os últimos dois que é referente à gestão da máquina pública. Então, o Governo priorizou esses programas com esses objetivos que nós colocamos inicialmente. Aqui nós temos tantas metas físicas, os seus projetos, com as metas físicas, suas unidades de medida e as suas quantidades para que haja um acompanhamento mais próximo.

Anexo das Metas Fiscais: As metas fiscais são metas anuais da Administração Pública do Estado de Mato Grosso em valores correntes e constantes relativas à receita, despesas, resultado nominal e primário e dívida pública consolidada para os exercícios de 2006 a 2008.

Os parâmetros econômicos que definem esses preceitos. Nós temos lá o PIB do Estado de Mato Grosso com uma projeção 2006, 2007 e 2008. Lá nós temos uma projeção do PIB de Mato Grosso em milhares, valores dos próximos três anos e o índice de correção que é o IGPD, um instrumento, no caso produto interno bruto, a preço de mercado corrente em milhares, projetado com base no IBGE pela Secretaria de Fazenda e o índice de preço IGPD da Fundação Getúlio Vargas.

As metas fiscais para o exercício 2006-2008, eu vou colocar os grandes números. Embaixo nós temos a disposição do PIB e a variação dos índices de correção anual. Então, nós temos lá, a receita total prevista para 2006 em valores correntes e valores constantes, ou seja, atualizados, trazendo para o valor atual sem inflação de cinco bilhões oitocentos noventa três milhões cento sessenta e um mil para 2006 em valores correntes. Para 2007 nós temos toda essa variação de vinte e dois por cento entre o valor da variação do PIB e o que corresponde à receita total prevista no Orçamento do Estado em relação à totalidade do PIB do Estado de Mato Grosso.

Então, aquele percentual não é a variação anual da receita total, ou seja, do Orçamento, mas é a variação em relação ao PIB projetado dos anos seguintes.

E aí aquela disposição que já foi colocada no gráfico, e só estamos dispondo... Aqui, a meta de resultado primário, que é aquela... Então, o resultado primário nós temos as despesas não-financeiras, a receita não-financeira menos a despesa não-financeira, e aí vamos ter o resultado primário.

A estimativa de compensação de renúncia de receita por setores, programas e beneficiários. Então, aqui estão dispostos os setores e os programas que estão passíveis de obtenção de incentivos, via renúncias fiscais.

Então, ali nós temos a SEDER, com seus programas e projetos e toda sua disposição prevista.

Então, tem todos, de todos os setores.

O que nós temos que ressaltar aqui é que essas receitas, essa projeção de renúncia já está retirada do cômputo-geral dos recursos que vão compor o orçamento geral. Quer dizer, já está retirada, subtraída, do total da composição do orçamento. Ou seja, já vem sendo previsto esse montante que não vai comprometer o desempenho da execução do Orçamento.

Essa é uma estimativa da compensação de renúncia fiscal. É a variação dos próximos três anos que preconiza a legislação. Então, nós temos os valores correntes, o que se prevê para os próximos anos.

Com relação à regionalização: Antes da elaboração do PPA, nós tínhamos uma regionalização que era dessa forma. Os recursos eram dispostos em mesorregiões. Essa regionalização foi até 2003. Com a elaboração do PPA, o Estado adotou a regionalização e a distribuição de recursos das regiões no planejamento do PPA 2004/2007, um modelo de regionalização adotado com base no zoneamento sócio-econômico-ecológico da SEPLAN em 2004/2007, adotando as doze regiões de planejamento e mais todo o Estado, dentro daquela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

configuração de contas que colocamos, 9900, para definir os recursos, aqueles que não são passíveis de regionalização. Então, nós temos toda a previsão de recursos, principalmente no que diz respeito a investimentos.

E a ressalva que se tem que colocar é naquele ponto referente a todo Estado, pois ainda há um avanço a se buscar. Porque há ações que acontecem, que são deliberadas para todo o Estado e acontecem em uma única região. No caso aqui, na região Sul, onde está a sede do Governo, e ações específicas que não, notadamente, vão ser desempenhadas aqui, mas são desempenhadas e elaboradas. Os recursos humanos, os equipamentos e infra-estrutura estão alocados aqui para atender as demais regiões, e aí precisa de um tempo maior para poder fazer uma distribuição desses recursos.

Ali é a forma como está disposta a regionalização, as doze regiões de planejamento - esse mapa foi de 2005, do Orçamento de 2005 -, os valores que foram alocados por região. Ele ficou aí plotado só para termos uma idéia - que são os valores destinados a investimento - de como é que o Estado fez essa distribuição em cada região dessas com o município-pólo de cada região e como está disponível.

Então, aí estão localizadas no mapa as doze regiões de planejamento.

Bom, a princípio seria essa a nossa apresentação, Sr. Presidente, e vamos aguardar, os nossos técnicos estão à disposição, também, para que possam vir esclarecer qualquer dúvida que porventura possa ocorrer.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Caso alguém da platéia queira interpelar o palestrante, é só fazer a sua inscrição com o Cerimonial da Assembléia, que logo mais passaremos para o palestrante.

Nós vamos ouvir agora os Srs. Deputados, logo mais, também, o Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande e depois abriremos a palavra aos participantes. Nós temos dois inscritos, o Deputado Riva e a Deputada Verinha Araújo.

Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa; Presidente da Câmara Municipal, Vereador Gonçalo; demais Vereadores; colegas Deputados Estaduais; Imprensa aqui presente.

Eu quero, antes de mais nada, ressaltar a importância desse instrumento no planejamento público, e pouca gente percebe isso. Ele é um dos componentes mais importantes do planejamento público, a partir do advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Complementar nº 101. Infelizmente não tem sido dada a devida importância para a LDO, como não tem sido dada para o PPA. Têm prefeitos, vereadores e lideranças que brigam no dia-a-dia por obras, mas na hora de discutir o PPA e a LDO esquecem que aquele é o momento certo de brigar. Depois já passou o tempo.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, com todo respeito, fazer uma crítica. Esta Audiência Pública era para acontecer com os Prefeitos da Baixada Cuiabana, em especial os Prefeitos de Cuiabá e Várzea Grande, muito importante a participação deles nesta Audiência. Essa é uma discussão técnica, eu não entro muito no mérito dessa discussão técnica, não sou técnico, sou político, e quero discutir politicamente os investimentos no Estado. Eu quero discutir, por exemplo, por que não tem uniformidade na distribuição dos recursos para o transporte escolar e se tem instrumento que dá para fazer esse vínculo na LDO. Tem! Eu tenho certeza de que tem, mas o prefeito lembra de chorar só na hora de ir lá na Secretaria brigar pelo recurso. Aí ele fala: "Ah, mas é pouco!" Só que ele não se lembrou, na LDO e no PPA, de travar a discussão no momento oportuno.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Não adianta nada, Srs. Deputados, nós apresentarmos um projeto de lei e aprovarmos lá na Assembléia Legislativa. Não adianta nada, esse projeto de lei... Por exemplo: eu apresentei três emendas importantíssimas na criação da MT FOMENTO, uma do microcrédito, que está incluída inclusive aqui na LDO; outra para os municípios de economia exaurida, que não está inserida na LDO; e a outra para bolsa universitária. Este Estado vai precisar, nos próximos dez anos, de uma quantidade enorme de técnicos nas mais diversas áreas, mas não está preocupado em formá-los. Depois vamos importar técnicos, vamos buscar a peso de ouro técnicos que certamente não teremos no Estado. A Universidade Federal está aí capenga e a Universidade Estadual tem o seu recurso limitado, formando profissionais a um custo muito elevado, superior a universidade privada. Eu sou defensor da universidade pública, mas é preciso rever essa posição, precisa rediscutir isso. Não é que nós queremos acabar com a universidade pública, não, pelo contrário, tanto é que, nos últimos dez anos, o único *campus* da UNEMAT foi criado em Juara e ainda temos o de Juina aprovado e o Governador tem uma prioridade entre Confresa e Juina.

Eu quero apresentar algumas sugestões para contribuir na discussão da LDO. Primeiro, que a discussão técnica seja feita com técnicos; que a discussão política, Deputado Zeca D'Ávila, seja feita com todos os Secretários. Eu não posso aceitar que numa Audiência Pública como esta não estejam aqui todos os Secretários do Governo para discutir área por área. Por exemplo, o setor de turismo no Estado. É pouquinho o recurso destinado ao turismo, um dos setores que mais empregará nos próximos vinte anos neste Estado. Não estamos dando a devida importância ao turismo. Era preciso trazer aqui o Secretário de Turismo para dizer o que nós temos de projeto para o Estado e se esses recursos serão suficientes. É preciso fazer uma inversão de valor nessa discussão.

Essa discussão técnica... Aliás, até ao contrário, o Deputado Zé Carlos do Pátio reclamou aqui da ausência do Secretário Yênes Magalhães, eu reclamo da ausência de todos. Mas essa discussão técnica é realmente para técnicos e eu acho que aqui estão os técnicos para tirar alguma dúvida.

Eu quero discutir politicamente essa LDO. E aí, Srs. Deputados, com certeza, eu apresentarei muitas emendas, e algumas delas, por exemplo, para atender essa questão da bolsa universitária que está inserida na MT FOMENTO, para concentrar os recursos da MT FOMENTO no microcrédito, no microcrédito, que eu não posso admitir que um instrumento tão importante de inclusão social se utilize para financiar grandes empresas. Essas grandes empresas têm dinheiro assegurado no mercado, não precisam do MT FOMENTO. Nós queremos a MT FOMENTO voltada para o microcrédito para ajudar, realmente, aqueles que estão excluídos, e que são muitos. São muitos.

Uma certa feita eu sugeri ao Governador Blairo Maggi para que comprasse o livro *O Banqueiro dos Pobres* - aliás, eu comprei e dei para a maioria dos Secretários - e que lesse o livro, de Muhammad Yunus, para conhecer de fato o que é o microcrédito e qual a importância do microcrédito na inclusão social, na geração de renda. Não há mais o que se falar em emprego. Segundo Jeremy Rifkin, chegará um momento do fim dos empregos. E daí, a sociedade vai passar fome? Nós precisamos lutar pela geração de renda, precisamos tirar aquela falsa idéia, aquela idéia caolha de que tudo se concentra na grande indústria para gerar emprego.

Eu não posso acreditar nisso. A grande indústria é importante na agregação de valores e tudo mais, mas há como gerar emprego através de uma política eficiente de microcrédito neste Estado. Então, eu quero defender uma política de microcrédito mais forte e que a MT FOMENTO seja instrumento de inclusão social através de microcrédito. Financiar os municípios de economia exaurida, como, por exemplo, para Alto Paraguai. Qual a perspectiva, Deputado Campos Neto, Vossa Excelência que tem sua base naquela região, também, para Alto Paraguai, se não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

houver uma ação de Governo? Qual a perspectiva para Araguainha, se não houver uma ação de Governo? Qual a perspectiva para Colniza, com quarenta e cinco, cinqüenta mil habitantes, com uma receita de quinhentos mil reais por mês, com cinco mil quilômetros de estradas e com quatro mil famílias invadindo áreas, se não houver uma política de Governo?

Então, nós temos que discutir politicamente, e todas as leis aprovadas, todas as leis aprovadas para trás, dos Srs. Deputados, sancionadas, se não estiverem aqui dentro, não valem nada. Não valem nada. Então nós precisamos discutir isso, o que é prioridade. Precisamos discutir com a equipe de Governo e com cada Secretário.

Da mesma forma, gostaria que fosse inserido - e nós vamos fazer uma emenda nesse sentido - que não há mais que se falar em prestação de conta quadrimestral, com o Secretário de Fazenda indo à Audiência Pública, na Assembléia Legislativa, falando que arrecadou tanto e gastou tanto. O Secretário de cada área é que terá que ir lá dizer como gastou o recurso em cada setor. O Secretário de Fazenda vai simplesmente prestar contas, ex-Deputado Benedito Pinto, o senhor era um estudioso nessa área, de como se procedeu a receita do Estado, o que foi arrecadado e para quais setores foi o dinheiro. Arrecadou seis bilhões e foi um bilhão para a educação. Aí a Secretária de Educação terá que explicar como gastou esses um bilhão. Então, nós queremos inserir na LDO um dispositivo que garanta essa prestação de contas por setor. Não adianta nada o Secretário de Fazenda ir lá fazer essa exposição. Nós queremos uma exposição detalhada de cada Secretaria.

Eu fico preocupado também quando nos utilizamos do PIB para a avaliação das metas fiscais. O nosso PIB está errado, calculado equivocadamente. Nós fizemos essa denúncia ao IBGE e já fizemos chegar a todas as instituições que o PIB de Mato Grosso está furado. Ora, se durante muitos anos para se calcular o Índice de Participação dos Municípios só se utilizava a saída para os produtores, não se lançava a entrada, e o PIB é calculado com base nesse VA, o que há de se concluir? Que para o PIB de Campo Novo do Parecis só considera o valor da venda dos produtos. E o custo para produzir isso? E o valor dos insumos, do fertilizante, do inseticida, do transporte, da colheita? Então, o PIB está errado. Esse negócio de dizer que o PIB de Mato Grosso cresceu 9%, cresceu 10%, cresceu 11%, ninguém tem essa conta.

O Deputado Zé Carlos do Pátio lembra que é o único Estado em que o VA é superior ao PIB, nisso o PIB sendo calculado...

Aquele item tem o valor dos serviços, não é Otaviano, que também causa uma distorção nesse cálculo que está inserido no VA, o valor do serviço.

Então, o VA deve ser um pouco superior ao PIB, mas não na distorção que há. É preciso se fazer essa reavaliação. Tem produtor que produziu dez milhões na sua propriedade e o VA dele é dez milhões. O PIB que aquele cidadão produziu é dez milhões? Não é. Está errado. Então, essa avaliação de metas fiscais, baseada no PIB, está comprometida e nós precisamos discutir e aprofundar nessa discussão.

E aí, eu tenho uma preocupação muito grande também com a questão da renúncia de receita. Causa-nos preocupação com um Estado que... Nós tínhamos a necessidade, lá atrás, de incentivar determinados setores, e assim o fizemos. A Assembléia Legislativa aprovou o PROMADEIRA, o PROALMAT, o PROCAFÉ, o PROCOURO, o PROLEITE e tantos PROs, mas é momento de fazer uma reavaliação. Será que neste momento, com toda crise instalada, não tem setores aí que já não precisam mais desse incentivo? Um bilhão e trezentos de incentivo, de renúncia em 2006. Em 2008, nós chegaremos a um bilhão e novecentos. Eu acho que o momento de fazer uma real avaliação, uma discussão mais aprofundada sobre essas renúncias. Eu concordo que o incentivo é importante, é necessário em determinados setores, mas que, com passar do tempo... Por exemplo, o setor de algodão... Vamos falar com toda clareza: tem alguém que ganhou mais dinheiro

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

como os plantadores de algodão neste Estado? Tem? Não tem. Então, esse incentivo deixou de ser necessário. Por que não cortamos esse incentivo e levamo-lo lá para os pequenos, que estão instalados nos assentamentos, sem estrada, passando fome, sem condições nenhuma de vida, vivendo uma vida indigna. Só quem visita esses assentamentos aí sabe falar da situação que passa essas famílias.

Aliás, eu defendo, Sr. Presidente, que essa operação do IBAMA deveria ser no INCRA. Esse setor é pior que o IBAMA, porque esse setor mexe com o pequeno produtor, Deputado Clóvis Roberto. Tem família lá que tem a casa só com alicerce, o empreiteiro tomou o dinheiro da casa. E não é uma e nem duas casas não, são trezentas, quatrocentas - e o Deputado Zé Carlos do Pátio conhece essa história. Aí saía dinheiro para a água, mas também não tem água lá. As empreiteiras ficaram ricas às custas do coitado do assentado. Muitas terras foram desapropriadas para atender interesse do latifundiário. Então, também é preciso discutir isso, que não é assunto da pauta.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo que é preciso debruçar sobre essa proposta. Esta é a primeira Audiência Pública. Eu quero parabenizar Vossa Excelência e o Presidente da Câmara, todos os Deputados e Vereadores que participam dela, toda sociedade.

Particularmente, estou fazendo um estudo. Hoje, pela manhã, fiquei estudando a LDO e o Zoneamento porque eu estou interessando em aprofundar nessa discussão de forma técnica e política, mais política, Vereador Gonçalo, saber quais investimentos que teremos para a Baixada Cuiabana que é uma região, quem anda aí por Barão. Ontem estive em Santo Antônio e Poconé, o desemprego em Poconé chega a 40%, lá estava também a Deputada Verinha Araújo. Chega a 40% o desemprego em Poconé. Será que nós não precisamos de uma política diferenciada para Poconé, para Acorizal, para Jangada, para Barão de Melgaço, que são regiões históricas, para a própria Várzea Grande, porque a periferia tem um alto índice de desemprego, Cuiabá. São regiões históricas e que contribuíram com a construção do Estado e que hoje têm, não vou dizer que a sua economia exaurida, mas fragilizada.

A grande verdade é que a região produtora tomou de assalto um volume muito grande da receita do Estado de uma forma equivocada. Quando o Governo desonerou a produção, deveria ter estabelecido um critério para o VA desses municípios. A Assembléia Legislativa aprovou a Lei Complementar nº 157, que vai arbitrar 50%, pelo menos, de entrada já no cálculo desse ICMS agora, nos municípios produtores, mas ainda é pouco, porque eu costumo fazer o cálculo da seguinte forma: pega-se um hectare de terra, planta-se soja nele, vai colher no mínimo cinqüenta e cinco sacas de soja. Até poucos dias, o VA desse um hectare era cinqüenta e cinco sacas de soja vezes quarenta reais que era o preço da soja. Agora caiu, mas vamos fazer naquele cálculo lá, porque também a pecuária de corte caiu. Dois mil e duzentos reais de VA por hectare. Aí para quem cria gado, região de pecuária de corte, faz-se o cálculo, com uma cabeça e meia de gado por hectare, que tem que ser terra muito boa, vai chegar perto de quatrocentos e cinqüenta reais de VA com a compra o bezerro, com a venda do boi gordo e com a dedução das despesas que são feitas para calcular o VA. A distorção é muito grande, daí a desigualdade instalada neste Estado. Então, é preciso realmente fazer essa discussão.

Então, Sr. Presidente, eu queria apenas fazer essa explanação e falar um pouco desse instrumento que é importantíssimo, PPA, LDO e Orçamento. Mas eu defendo também, Osemário, eu agradeço pela exposição, que nós precisamos fazer uma revisão anual do PPA, as coisas estão muito dinâmicas, não dá mais para se fazer uma previsão para quatro anos e ficar sustentado em cima dela, nós precisamos revisar o PPA de acordo... As prioridades mudam muito rapidamente. Então, nós precisamos fazer essa avaliação pelo menos anual antes da elaboração da LDO. Que, aliás, os prazos foram mudados em função de uma emenda de autoria nossa que alterou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

esses prazos exatamente por entender que o PPA tinha que ser discutido antes da LDO. Nós tínhamos momento em que o PPA era discutido depois da LDO. E depois você tinha que jogar para o PPA aquilo que se aprovou na LDO, e isso está errado.

Então, eu deixo essa contribuição, agradeço a Câmara Municipal, agradeço a todos que participam. Muito obrigado.(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Agradecemos a participação do Deputado Riva.

Queremos também registrar a presença dos Deputados Clóvis Roberto e Robson Silva; do 1º Vice-Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, Sr. Antônio Cardoso de Andrade Neto; do Vereador Wilton Coelho Pereira; e também da Secretária de Planejamento deste município, Srª Regina Céli Barroso S. Arruda.

Diante da fala do Deputado Riva, e também da sugestão, eu solicito à nossa Assessoria da Mesa que, para na próxima audiência pública, que será no dia 27 na AMM, convide todos os Secretários do Governo para estarem presentes.

E também passar a informação a todos e fazer a defesa, Deputado Riva, de que nós fizemos o convite a todas as Câmaras de Vereadores do Estado Mato Grosso. Todas! Mandamos o convite e na quinta-feira e sexta-feira mantivemos contato por telefone para que a maioria pudesse estar presente. E lá nós definimos, então, por convidar os prefeitos para essa reunião do dia 27 na Associação dos Municípios.

Portanto, só fazendo, também, uma defesa ao Prefeito de Várzea Grande, ao Prefeito de Cuiabá, de que realmente não foi convidado para essa reunião. Até pode ser uma falha, por ser um município que está como anfitrião, mas ficou definido que a reunião com os Prefeitos será no dia 27.

Com a palavra, a Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa tarde!

Quero cumprimentar o Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande, Vereador Gonçalo Ferreira de Almeida, por proporcionar este debate aqui, iniciando pela Câmara de Várzea Grande; a todos os colegas Deputados; ao nosso companheiro da Secretaria de Planejamento, Sr. Osceário Daltro; aos técnicos; cidadãos; cidadãs; vereadores; imprensa.

E quero dizer que enquanto tivermos o afastamento de um instrumento importante, que é o Orçamento, ele vai continuar sendo peça de ficção mesmo. Quer dizer, enquanto não nos apoderarmos dele enquanto instrumento que tem que ser exercido, ele continuará sendo algo no papel não executado. Por isso é importante a realização das Audiências Públicas, que o debate ocorra para conhecermos e usarmos isso como instrumento.

Vejam que interessante, hoje nós estamos iniciando o debate sobre a LDO, que são as Diretrizes Orçamentárias, e vamos ter, no dia 20, na Assembléia Legislativa, o debate sobre a execução orçamentária. A Assembléia Legislativa, inclusive, tem cumprido à risca com as audiências públicas a cada quatro meses com a Secretaria de Fazenda. Não ainda na dimensão que sonhamos, mas ela vem ocorrendo. E nós temos sempre colocado que as Câmaras devem fazer o mesmo.

Vossas Excelências, Vereadores, têm o papel, têm um instrumento que é, a cada quatro meses, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o de trazer o gestor aqui e para prestar contas do quadrimestre, do quanto foi arrecadado, onde foi aplicado, discutir isso e rediscutir as metas para os próximos quadrimestres.

Nós imprimimos um debate, do Senado, uma discussão sobre o orçamento impositivo, porque é uma proposição do Senador Antônio Carlos Magalhães de que os orçamentos passem a ser cumpridos. Hoje, os orçamentos são assim: o Poder Executivo define quanto será a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

receita, quanto será a despesa, as Assembleias, as Câmaras, são meros consultores no processo, infelizmente. Nós precisamos superar essa questão de sermos aqui mera-consultoria, de apenas dizermos sim ou não. Muitas vezes, as emendas que apresentamos não são consideradas ou quando são consideradas no Poder Legislativo, elas são vetadas. Então, nós precisamos fazer valer mais esse poder que temos de legislar, de fazer as emendas, porque ela é o instrumento de cobrança em relação àquilo que está sendo orçado e executado. E aí é um debate interessante. Eu acho que quando o Senado discute isso, inclusive em relação às metas de superávit e dos déficits, também...

Como que os Legislativos se colocam quando ocorre o superávit? Porque quando ocorre o superávit quem decide sobre a utilização desse recurso, o destino dele, é apenas o Executivo. Quer dizer, por que não as Assembleias e as Câmaras podem ser consultadas para onde esses recursos serão alocados? Assim como os déficits, também. Se ocorrer déficit, como é que nós vamos compartilhar? Como é que o Poder Executivo vai compartilhar com as Assembleias, com as Câmaras, com o Congresso Nacional um novo direcionamento para o Orçamento e para a Execução Orçamentária.

E aí, antes de entrar na questão - depois eu vou voltar - eu só quero dizer que, analisando a Execução Orçamentária do Governo Blairo Maggi, de 2003/2004 - e eu peguei aqui algumas áreas abaixo de 70% - e as áreas que ficaram com a Execução Orçamentária abaixo de 70% daquilo que foi orçado, são justamente: habitação, ciências e tecnologia, indústrias, gestão ambiental, que em 2002 foi 64% e caiu, em 2004, para 58% a Execução Orçamentária. O item trabalho, o item direito de cidadania, que em 2004 foi de 25% a Execução Orçamentária nesse setor. Ela saiu, em 2003, de 75% na Execução Orçamentária e caiu, em 2004, para 25%, isso retratado...

O que são os direitos da cidadania? São justamente: preservação e conservação ambiental, abastecimento, direitos individuais, coletivos e difusos, fomento ao trabalho, tecnologia da informação, promoção da produção animal, que estão nestes itens aqui.

Depois, saneamento. Saneamento foi 19.34% da Execução Orçamentária em 2004.

Gestão ambiental, dotação atualizada, também caiu bastante, saiu de 1,25% para 0,73%.

Pegamos um outro item aqui: Relações exteriores, também 0%, ou seja, nós não fizemos nenhuma política pública em relação aos governos fora de Mato Grosso. E nós estamos aqui na divisa com a Bolívia. Então, não fizemos nada, nenhuma ação pública nesse sentido. E energia que também foi zero de execução orçamentária. Esses são alguns dados só para pontuar o debate.

Vamos voltar lá no início. Agora falando sobre a LDO que nós estamos analisando hoje, aqui.

Volta ao primeiro quadro.

Então, a LDO e a LOA são peças de ficção? Eu quero que vocês respondam. Tem sido ou não peça de ficção? Para mim, sim, porque nós fazemos todo esse debate, definimos as diretrizes e quando vamos discutir a LOA é uma outra conjuntura, muitas vezes não consideramos as diretrizes que deliberamos no primeiro semestre. Depois, quando você analisa o Orçamento com a execução orçamentária, é uma outra avaliação, porque ela está bem abaixo daquilo que nós votamos como Orçamento. Aí o Deputado Riva falava da questão da regionalização e o Osceário fez o demonstrativo do quadro por região, dos valores que não são constitucionais, que são os investimentos que eles deverão estar regionalizados.

Olhando a peça que nós vamos analisar, colegas Deputados, o único momento em que cita a regionalização é no artigo 9º, § 3º, inciso II, quando lá fala de demonstrativo regionalizado, do efeito sobre receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira tributária e creditícia. E, no artigo 21, quando falamos dos créditos adicionais que cita respectivas regionalizações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

No artigo 52 fala do QDD, que é o Quadro Demonstrativo de Despesa, em nenhum momento nós analisamos o Quadro Demonstrativo de Despesa. Ele é encaminhado trinta dias após a publicação da LOA. Então, de qualquer forma, também não vemos a questão da regionalização de uma forma que você possa cobrar que os recursos deverão estar regionalizados e qual é o critério dessa regionalização. Porque regionalizar, distribuir equitativamente também não resolve. Nós temos um Estado que tem desigualdades regionais.

Nós estávamos lá, sexta-feira, em Vila Rica, e o Governador fez uma fala de que nas regiões de soja, nas rotas da soja está se discutindo os consórcios para as estradas. E aí ele disse àqueles que estavam em Vila Rica: porque vocês não buscam o boi? Vamos discutir sobre o boi, também, para haver consórcios de estradas. E onde não tem soja, onde não tem algodão, onde não tem boi, que é o caso nosso aqui, Deputado Riva, da baixada cuiabana, que temos uma cultura, uma economia que é vinculada à pesca, ao turismo, a produtos que não causam esse impacto que causa a monocultura e o boi, por exemplo?

Portanto, nós aqui não temos potencial para formar consórcios. Eu sempre cito que temos duas estradas aqui, a municípios, a dois municípios, que no ponto de vista da história do Estado não tem acesso. Um é Acorizal, que está fazendo a estrada, já está chegando lá e o outro é Barão de Melgaço. Essa dívida com Barão de Melgaço é centenária.

Nós vamos encontrar sojicultor, vamos encontrar pecuarista para fazer estrada até Barão de Melgaço? Não vamos. Aí, sim, o Estado tem que se fazer presente. E como que ele se faz presente? É priorizando as regiões que não têm a vocação econômica que outros tenham. E aí, sim, o Orçamento precisa dar conta disso. Precisa ter a ação do Estado lá, recurso lá priorizando regiões como essas.

Então, sobre a regionalização eu já citei. Vamos para frente.

Eu quero pegar lá no quadro que fala da comparativa da LOA 2004, na LDO 2006, sobre a questão ambiental. E gostaria, depois, que o Osceário me explicasse, no item de metas nós temos uma meta que é a quatro, que trata da questão ambiental, garantir uso ordenado dos recursos naturais visando desenvolvimento socioeconômico, qualidade ambiental. Esse quadro trouxe ali... Então, nós temos lá licenciamento de propriedades rurais, dois milhões de hectares, que são vinte mil quilômetros quadrados. E a Operação Curupira desencadeou uma investigação sobre vinte seis mil quilômetros de áreas desmatadas entre agosto de 2003 e agosto de 2004. Em Mato Grosso, doze mil quilômetros. Eu quero saber o seguinte: o que está escrito ali, dois milhões de hectares para ser licenciado para 2006? Porque isso aqui foi entregue à Assembléia Legislativa antes do desencadeamento da Operação Curupira. Isso significa que o desmatamento continuaria ocorrendo da forma exacerbada como vinha acontecendo, ou é um erro, ou é um descontrole ambiental da gestão ambiental? Eu quero essa resposta, porque dois milhões de hectares são vinte mil quilômetros quadrados. E tem, além disso, a anatomia e identificação de madeiras, mais dois milhões de metros cúbicos.

O Afrânio ligou hoje para um consultor ambiental e são sessenta e seis mil caminhões de madeiras. Eu gostaria que depois disso fosse explicado.

É interessante, Deputados, que nós recebemos na Assembléia Legislativa um relatório da ação governamental de 2004. Este relatório aqui. E neste relatório está previsto, houve, quer dizer, aconteceu, foi executado na Ação 2.348, Certificado de Licenciamento de Propriedades Rurais... Está aqui. Foram licenciadas 2.012 propriedades, correspondendo a 3.730.659 hectares. “Averbação e retificação de reserva legal por matrícula, com área: 1.410.592 hectares”. Ou seja, o Estado reconheceu que em 2004 averbou tudo isso. Está aqui no relatório.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, veja bem, Sr. Oscemário Daltro, eu quero saber se essa meta que você confirmou será cumprida. Porque se for, terá outra operação Curupira no Estado. Aí não será no Brasil, será aqui. Dois milhões de hectares de licenciamento...

Bom, vamos adiante. Ainda nas metas e prioridades LDO 2006. Nós retomamos a questão dos hectares, que estão previstos nas metas.

É assim: Apoio ao Desenvolvimento Sustentável - vinte municípios. Quer dizer, quais são esses municípios? Qual o critério para se definir vinte?

Incentivo à agricultura orgânica - vinte; fiscalização de desmatamento - quatro operações.

Eu tenho também, neste relatório, que no ano de 2004 foram realizadas onze campanhas de fiscalização de desmatamento, mas para 2006 são quatro. Quer dizer, é um terço do que se fiscalizou em 2004. Então, é pouco. E um dos problemas da questão ambiental é justamente a fiscalização, admitido pelo Promotor Dr. Domingos Sávio. Hoje de manhã, ele foi entrevistado e colocou essa questão.

Fiscalização de foco de calor, monitoramento da cobertura vegetal, quer dizer, pouquíssimas ações para um setor que precisa muito ser fiscalizado.

Há um outro item, também, que está aí no licenciamento, na questão da meta proposta do PPA. Vocês vejam bem que com relação a licenciamento ambiental, o número de licenças, de 2000, era 26; saltou para 76; em 2001; 2002, 1.443; 2003, 2.014; totalizando, 3.559 licenças. Então, a diferença de ano para ano, vocês vejam que foi bastante alterada, fazendo um comparativo com um único ano do Governo, praticamente o que representou um ano do Governo Blairo Maggi.

Então, eu queria, a princípio, levantar essas questões, deixando claro que o nosso Orçamento não está regionalizado. A LDO, se nós Deputados quisermos valer aquele debate que fizemos nos dois últimos anos sobre a regionalização dos recursos, nós temos que amarrar agora nas diretrizes. Mas não adianta amarrar no macro sem critério, nós temos que ter critério. Por quê? Qual é o projeto de desenvolvimento para Mato Grosso, para nós Deputados? Qual é o projeto que nós queremos? Nós queremos a reprodução disso que vem ocorrendo, de que um único setor da economia continua imperando, ou queremos mudar esse curso, ou queremos discutir um outro projeto de desenvolvimento?

E aí nós precisamos ter claro isso para que na hora que formos votar a LDO, discutir o Orçamento, nós puxemos para isso que queremos construir, esse novo, sob pena de continuarmos reproduzindo um Orçamento na LDO como peça de ficção, porque o projeto que o Governador tem hoje em Mato Grosso, pelas análises que nós vimos acompanhando, pelo Orçamento e pela execução orçamentária, é de que as regiões mais ricas recebem mais recursos e as regiões mais pobre, infelizmente, não recebem percentualmente o mesmo valor que as mais ricas.

Eu tenho a compreensão de que o Estado tem que se fazer presente onde não tem Estado. O Estado é o quê? É o Estado Democrático de Direito, onde não tem fórum, onde não tem justiça, onde não tem segurança, onde não tem educação, onde não tem saúde. Aí, nesses lugares, nós precisamos colocar mais recurso e mais ação.

Então, eu acho que o debate está colocado e nós temos a oportunidade, daqui até o dia 30 de junho, de alocar isso na LDO. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Muito obrigado, Deputada Verinha Araújo.

Eu vou solicitar ao Sr. Oscemário Daltro que anote os pontos onde o senhor vai ter o momento certo de dar resposta aos questionamentos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Quero registrar a presença do Secretário Yênes Magalhães e convidá-lo para compor a Mesa.

Sr. Yênes Magalhães, eu já tinha colocado, justificado a sua ausência que anteriormente Vossa Excelência já tinha me ligado, falando do seu atraso.

Registro também a presença do Secretário Adjunto, Sr. Arnaldo, que se faz presente.

Com a palavra, o Sr. Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Quero cumprimentar todos os colegas Deputados e o Presidente da Câmara.

Eu quero aqui dizer da minha indignação de termos hoje um bilhão e trezentos milhões de incentivo fiscal para o próximo ano. Na minha opinião, grande parte disso aí não é incentivo fiscal, é renúncia fiscal, é dinheiro que poderia ser aplicado na educação, saúde, segurança pública. Esse dinheiro está garantindo incentivo para alguns setores.

Na agricultura, só ao algodão são mais de cem milhões. Vejam só, olhem só o que vocês podem observar. Nós vivemos uma hipocrisia. Nós temos mais de vinte escolas agrícolas fechadas no Mato Grosso e não há uma política da Secretaria de Planejamento para as escolas agrícolas do Mato Grosso, não há política do Governo do Estado para as escolas agrícolas do Mato Grosso e nós somos o maior produtor de algodão, maior produtor de soja e temos o maior rebanho bovino. Está aí, eu levei o Secretário Otaviano Pivetta para mostrar uma escola agrícola, a coisa mais linda do mundo, levei, fechada. E aí pergunta se vai ter uma política nessa área. Eu fui pedir e fiz uma propaganda no horário eleitoral, e vou fazer uma campanha dura. Já passou a hora do algodão parar de receber esse incentivo fiscal, já passou a hora. Ora! Quem não é competente que não se estabeleça! E o que nós estamos vendo é isso aí. Todo mundo reclamando, e nós não temos coragem de fazer política social. Não temos coragem. Ficamos aí enganando a nós mesmos. Inclusive, com uma peça como essa daí, a LDO, uma peça extremamente tecnocrata.

Estou fazendo pós-graduação, eu estou fazendo mestrado, e uma das minhas maiores decepções, Secretário de Planejamento, e coloquei inclusive nas aulas que eu estou tendo, é que nos meus cinco mandatos na vida pública, Deputado Riva, Deputado Silval Barbosa, o instrumento audiência pública, como alternativa da sociedade participar, é uma verdadeira enganação. Porque na hora de colocar no papel, nada que tem na audiência pública é colocado. Tanto é que grande parte das minhas emendas no ano passado foi vetada pelo Governador, inclusive emendas importantíssimas. Está aqui o Otaviano que é assessor lá da Assembléia. Foi vetado pelo Governador. E eram emendas para garantir a transparência, para garantir a transparência.

Então, este país é um país das elites. Não adianta, nós vamos continuar fazendo este discurso bonito aqui, mas a prática é outra. Até o Yênes que é uma pessoa compromissada com o trabalhador, fala macio, fala educado, é fino, na hora de colocar as emendas, na hora de colocar na lei, ele garante os interesses da elite. Porque é um jogo bruto, não vai mudar da noite para o dia. Vai mudar ou não vai? Vamos ser sinceros, vamos lá, lá no nortão, onde tem uma escola agrícola fechada. Cite uma? Porto dos Gaúchos. Olha só a hipocrisia nossa. Aqui em Várzea Grande mesmo, esses dias eu fui ver uma escola agrícola, eu filmei a escola agrícola abandonada. E é uma omissão de todo mundo.

Então, eu quero aqui dizer que nós temos que rediscutir tudo. Eu estou muito feliz, porque vi alguns colegas aqui, nós estávamos até discutindo que teremos que fazer as emendas e sermos mais arrojados no ano que vem.

Outra coisa que eu queria colocar, que acho importante, é a questão do repasse do ICMS.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Há um ano atrás eu entrei com o pedido da CPI das GIAS. E hoje estou feliz pela Assembléia Legislativa estar com a CPI das GIAS. Nós estamos investigando. Na verdade, o que nós descobrimos? Além daquilo que o Deputado Riva colocou, que o cálculo do VA era errado, mas foi uma lei de minha autoria, em nome das Lideranças Partidárias, com apoio do Deputado Riva, nós fizemos juntos, e o Governador acatou a lei. É a Lei Complementar nº 157, que foi feita pela Assembléia Legislativa e nós temos que nos orgulhar disso, onde a entrada será 50% para a soja, e para a pecuária 20%.

Eu concordo com o Deputado. É ainda muito pouco, Deputado, 50% para a soja. Tem que ser muito mais. No mínimo, 70% para a soja, de entrada. Sabem o que está acontecendo? Muitos municípios ricos nunca calcularam entrada. Só calculavam a saída. Tinha um valor agregado altíssimo porque tinham 100% de produção, mas não calculavam a entrada. Enquanto Várzea Grande calcula a entrada dos insumos para a Coca-Cola, os municípios que plantam soja sequer calculavam um metro, ou um insumo, da produção agrícola. É por isso que Várzea Grande está tendo o seu VA diminuído. É por isso que Várzea Grande não está tendo arrecadação. Isso é uma injustiça. E pior do que essa injustiça é ver que esses municípios, muitos municípios ricos, estão fraudando GIAS. São profissionais em fraudar GIAS. E a Assembléia Legislativa entrou na parada agora.

Isso tem que ser muito mais divulgado, Deputado Riva, porque estão fraudando GIAS. Na verdade, esses municípios... Eu pergunto para vocês: Pobre fraudada? Pobre não fraudada. Só fraudada quem é rico. Já ouviram dizer que Santo Antônio do Leverger vai fraudar GIA? Nossa Senhora do Livramento vai fraudar GIA? Poconé? Quem fraudada GIA é quem arrecada muito. Então, hoje nós estamos investigando isso.

Mas eu queria fazer um pedido, Deputado Riva, Deputado Silval Barbosa: Vamos garantir aos municípios pobres - nós temos trinta e nove municípios pobres - ainda para o próximo ano 0,32% o mínimo, o índice mínimo. E foram citados Araguainha, Nossa Senhora do Livramento. Esses municípios precisam ter, no mínimo, 0,32% o índice de ICMS. Isso nós temos que garantir na lei este ano, a mudança da lei este ano para o próximo ano. São trinta e sete municípios - me parece - ou 39, que hoje tem um índice abaixo de 0.2%. Isso sabe quanto é que vai dar por mês em arrecadação? Em torno de 50... Quanto mais ou menos, Deputado Riva? Não chega a 50, 60 mil reais a mais de repasse. Não sei quanto. Teria que ver. Os municípios pobres, se aumentar um pouquinho mais o ICMS deles por mês. Não é muito, não, mas melhora muito a vida deles.

Eu quero dizer que estou indignado. Um bilhão e trezentos milhões para incentivo fiscal. Um bilhão e trezentos milhões! É um terço da arrecadação, Deputada Verinha Araújo. Um milhão, é 22% da arrecadação. Isso é um absurdo!

Este Estado não vai poder avançar se continuar nessa prática. Algodão...

Está aqui, eu quero inclusive colocar: bebida... Tem que ver se muitas vezes alguma empresa aqui tem tanto incentivo... Tem que acabar com esse incentivo também, porque, de repente, o Município de Várzea Grande pode arrecadar a mais.

Nós temos que ter coragem. Como é que vamos investir no nosso povo, distribuir renda se ficar com esses incentivos fiscais? Nós temos dois caminhos, ou nós jogamos com esses setores da sociedade e garantimos incentivos fiscais ou vamos ser audaciosos e acabar com esses incentivos fiscais.

Querida fazer uma pergunta: Quanto que vai ficar na regionalização da LDO para Várzea Grande? Quanto que vai ficar para Livramento?

Desculpe-me, mas não está regionalizada como nós queremos a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não está regionalizada.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero, Secretário de Planejamento, Yênes Magalhães, dizer para Vossa Excelência o seguinte: Eu sou passageiro como Deputado; Vossa Excelência é passageiro como Secretário. Eu fico até triste em vê-lo, muitas vezes, vetando algumas emendas que buscam a transparência da LDO, da LOA e do PPA. Isso me deixa indignado.

Espero que neste Governo do Blairo Maggi Vossa Excelência possa garantir os avanços que queremos, porque não resolve nada virmos aqui fazer Audiência Pública para ficar o que você está... Inclusive, é o que estou colocando no curso que estou fazendo de Pós-Graduação. É justamente isso. Esse negócio de participação da sociedade, que a sociedade participa, não está tendo influência nenhuma, está prevalecendo muito mais a vontade técnica. Nem os Parlamentares estão participando. Nem Parlamentar. Muitas vezes o Governador tem a maioria lá e daí não prevalece alguns avanços que deveriam avançar.

Então, eu acho que temos que avançar, temos que conquistar, temos que fazer com que essa LDO seja uma LDO cidadã, uma LDO da maioria, não uma LDO da minoria, não. É essa a minha preocupação. Ora, se nós somos, em distribuição de renda, o segundo pior País do mundo, só perdemos para Serra Leoa, nós temos que fazer uma reflexão. E o interessante é que no Mato Grosso os dados dizem que está aumentando a concentração de renda.

Em 1990, por exemplo, em Rondonópolis, 3% da população mais pobre, aliás, a renda do Município de Rondonópolis, olha só: o Município de Rondonópolis, 20% da população mais pobre detinha 3% da renda do Município. Depois de dez anos, 20% da população mais pobre detém 2% da renda. Quer dizer, os mais pobres, em Rondonópolis, estão ficando mais pobres. Isso inclusive eu vi numa pesquisa do IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.

Olha outro dado: os 10% mais ricos detinham 40% da renda. Hoje, detém quase 50% da renda em Rondonópolis. É por isso, Deputado Riva, é por isso que lá em Rondonópolis, quando nós colocamos a proposta de candidatura a prefeito de Rondonópolis, juntou todas as forças políticas do Mato Grosso contra a minha candidatura. E quase ganhei as eleições lá, quase ganhei as eleições lá, com mais de cento e vinte mil eleitores que tem a cidade de Rondonópolis, em cima do debate, em cima da discussão, em cima do debate com a sociedade, porque a sociedade está tendo consciência que ela está perdendo o poder aquisitivo em Rondonópolis. E esse debate nós temos que travar e é isso que eu quero colocar para vocês.

Parabéns à Assembléia Legislativa, parabéns à Câmara de Várzea Grande, parabéns a todos. Eu estou confiante de que nós possamos fazer as mudanças que esta sociedade tanto sonha.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Quero cumprimentar o Deputado Zé Carlos do Pátio pela sua fala. Mas, às vezes, Deputado, eu discordo que as Audiências Públicas sejam totalmente inócuas, como Vossa Excelência coloca. Só o fato de Vossa Excelência colocar tudo isso que colocou para o Secretário Yênes, já é produtivo. E aí, se tiver que ter alguma reflexão em tudo isso, o Secretário já ouviu tudo. E nós temos conseguido vários avanços pela Assembléia Legislativa com as audiências públicas.

Vossa Excelência que é um dos Deputados que mais realiza audiências públicas e mais tem conseguido resultados positivos, e até quero parabenizá-lo.

Então, a audiência pública é oportuna. Tenho certeza de que avanços terão, o que falta mesmo é mais participação da população. Eu sei que essa discussão da LDO, por ser uma discussão muito técnica, às vezes inibe até os próprios Vereadores de todo Estado de Mato Grosso a participarem mais. Mas que é produtivo e que tem dado resultado o trabalho da Assembléia Legislativa, tem dado. No final é positivo o saldo. Está aí esse orçamento, essa regionalização, talvez precise mudar alguma região, algum setor que tem que ser mais contemplado. Mas essa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

regionalização foi da Assembléia Legislativa, uma idéia, uma luta do Deputado Riva, dentro dessa elaboração da LDO.

Nós temos aqui mais cinco oradores inscritos, sendo o Presidente da Câmara, Sr. Gonçalo, o Vereador Charles Caetano e o Sr. Afrânio. E também mais dois Deputados Estaduais, o Deputado João Malheiros e o Deputado Clóvis Roberto.

Nós vamos pedir permissão aos Srs. Deputados, mas vamos fazendo intercalação, vamos ouvir Vereador, Deputado e alguma outra inscrição que for surgindo.

Com a palavra, o Presidente da Câmara, Vereador Gonçalo Ferreira de Almeida.

O SR. GONÇALO FERREIRA DE ALMEIDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Vereadores, distinta platéia aqui presente.

Queremos agradecer, em nome dos Vereadores de Várzea Grande, a oportunidade da realização desta audiência pública aqui em nosso município, e diria que certamente terá resultado, Deputado Zé Carlos do Pátio. Se começarmos a fomentar, certamente a sociedade passará a participar e, com certeza, sairão propostas para pelo menos tentarmos resolver alguns problemas da nossa sociedade.

Mas eu vou falar aqui, como o Deputado Riva disse, como político. Eu tenho visto Cuiabá, Várzea Grande, a região da Baixada Cuiabana, se empobrecerem dia a dia. Cuiabá está perdendo recursos. Isso é sinal de que o povo está ficando mais pobre. E vocês devem ter os mesmos problemas que nós temos aqui. Aqui, nos corredores da Câmara Municipal, só vemos as pessoas procurando emprego. Todos os dias que vocês passarem por aqui verão trinta, quarenta pessoas procurando, querendo trabalho.

Eu discordo do Deputado Riva quando ele fala que é preciso gerar renda. Pelo modelo econômico que está proposto na globalização, eu acho que temos que gerar emprego e renda. Obviamente que temos que gerar renda, mas hoje eu acredito que o emprego, pelo modelo econômico que está aí... Certamente, se for da forma como está, daqui a uns dez, quinze anos, haverá umas vinte corporações que serão donas de toda economia do mundo. Pela forma como está sendo colocada. Mas nós temos que procurar, de alguma forma, gerar emprego, principalmente aqui, na Baixada Cuiabana. Então, nós precisamos, de alguma forma, de políticas públicas que possibilitem essa criação de emprego.

Então, de que forma tecnicamente será colocado isso no orçamento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias eu não sei. É por isso que nós estamos discutindo tecnicamente aqui, em face dessa regionalização. Precisa ser regionalizado. Eu vi que a única coisa que está carimbada é a captação de pedras, que está com o pólo Cuiabá.

Então, eu não vi aqui, Secretário Yênes Magalhães, políticas direcionadas - você que é cuiabano, foi vereador em Cuiabá - para a Baixada Cuiabana para tentar reverter esse quadro. Porque do jeito que vai... O Nortão tem toda uma economia definida, tem terras férteis, tem uma agricultura definida, tem toda a sua economia definida. E nós ficamos aqui, a maior população do Estado, com os maiores bolsões de pobreza. Quer dizer, da forma que está sendo conduzido, se não tiver políticas públicas para resolver o problema, nós vamos ficar com a pobreza e vai aumentar a violência.

Então, nós temos que formular políticas públicas que realmente vá ao encontro para tentar amenizar esse problema seja na área da pesca, do turismo. Mas tem que ser identificado, principalmente com a geração de emprego e com a geração de renda. Quer dizer, muitas vezes tem capacitação importante, capacitação profissional, você faz a capacitação e não tem o trabalho.

Eu desafio como é que o sujeito vai viver aqui no perímetro urbano sem um emprego. Não tem como ele viver. Vai viver como? Vai fazer o quê, aqui?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

E acho - e vou ser até claro - que no momento o emprego é o maior patrimônio do cidadão urbano. Ele sem o emprego está condenado a roubar, a ir para a violência, vai aumentar a violência, vai entrar para o tráfico de drogas, uma série de coisas.

Então, eu não vi aqui, não sei como insere isso no programa, mas fica a sugestão da inserção, exatamente, dessa regionalização, que cidades pobres como Acorizal, Livramento - eu nasci em livramento, fica aqui até o pedido particular para Livramento também - que nós temos que solucionar... Tem Alto Paraguai que é uma cidade quase fantasma, ali do Médio Norte.

Mas, em suma, de alguma forma, gostaria de deixar alguma sugestão, de formular políticas públicas para geração de emprego aqui dentro, na Baixada Cuiabana. No mais, era a sugestão que eu tinha para fazer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Obrigado ao Presidente da Câmara Municipal de Várzea Grande.

Queremos registrar as presenças do Vereador Edil Moreira da Costa e do Sr. José Marques Braga, que é Secretário Municipal de Administração.

Com a palavra, o Deputado João Malheiros.

O SR. JOÃO MALHEIROS - Boa-tarde a todos! Senhores e senhoras aqui presentes!

Sr. Presidente, em cujo nome saúdo todos os colegas Deputados que participam desta Audiência Pública; em nome do companheiro e amigo Gonçalo, Presidente desta augusta Casa de Leis, quero abraçar todos os Srs. Vereadores aqui presentes; ao Secretário Yênes Magalhães, companheiro, amigo, educado, fino, competente e com muitos atributos favoráveis; cumprimento todos os senhores que fazem parte desta distinta platéia; em especial, cumprimentando e abraçando os técnicos da Secretaria de Estado de Fazenda e de Planejamento e dizer que vocês foram e estão sempre à disposição da Assembléia Legislativa a todo instante; assim como o meu querido companheiro Yênes Magalhães, o Osceário e todos os senhores.

Eu quero dizer que estou aqui também para escutar. Eu concordo com o Deputado Riva quando a proposta e o debate devem ser em cima da política, porque a técnica fica por conta dos senhores que ajeitam e que mostram a maneira com que nós devemos inserir aquilo que pensamos dentro da LDO.

Eu quero dizer também que nos entristece um pouco porque no ano passado aqui estávamos na mesma audiência pública para tratarmos do mesmo assunto que era a LDO e havia um número três, quatro, cinco vezes maior. A ilustre Vereadora pode afirmar o que nós estamos dizendo e tantas pessoas que aqui estão, estiveram aqui no ano passado, mas aqui lotou, no ano passado estava muito melhor que este ano.

Quero dizer da ausência dos Secretários. Eu concordo também que os Srs. Secretários devem participar das audiências para que possam evidentemente defender e poder discutir aquilo que está se tratando aqui.

Eu sou obrigado, com muita satisfação, a concordar com o brilhante companheiro e amigo Deputado Zé Carlos do Pátio, quando ele diz realmente que é uma luta dele. Nós somos um Estado eminentemente agrícola. Não podemos estar com as nossas escolas agrícolas fechadas. Nós temos que lutar para que isso não aconteça. Vossa Excelência está corretíssimo, porque é daí que nós podemos ajudar aquele pequeno agricultor, que está ali assentado, a produzir de maneira eficiente, para que possa evidentemente ter retorno maior da sua produção. E nós concordamos que esta é uma peça que precisa ser discutida, avaliada, inserida as propostas e evidentemente discutidas lá na Assembléia Legislativa onde terá o nossa aprovação. Não pode a partir daí, evidentemente, ser uma obra e uma peça de ficção. Não, jamais, porque ali a grande maioria dos Srs. Deputados é que irá deliberar sobre aquilo que nós podemos ou não podemos, o que o Governo pode ou não pode

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

fazer. Um Governo que tem credibilidade, um Governo que tem feito muito, que tem a aprovação popular e, evidentemente, nós sabemos e temos a certeza de que muito ainda tem para se fazer. Nós iremos envidar todos os nossos esforços para que nós possamos ter um Mato Grosso cada vez melhor, um Mato Grosso que dê orgulho a todos os seus filhos e que possam evidentemente ter melhor condição de vida todos aqueles que aqui habitam.

Muito obrigado aos senhores. A participação é importante. Quero dizer que nós temos que fazer a nossa parte. Se outros Srs. Deputados, Srs. Vereadores, aqui não puderam vir por este ou aquele motivo, perderam eles a oportunidade de discutir aquilo que é tão importante para o Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado. A todos, um grande abraço (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Passamos a palavra agora para o Vereador Charles Caetano.

O SR. CHARLES CAETANO - Cumprimento o Presidente da Assembléia Deputado Silval Barbosa, em nome de todos os Deputados; cumprimento o Vereador Gonçalo Almeida, Presidente da Câmara, em nome de todos os Vereadores que aqui estão; cumprimento o Secretário Yênes, em nome de todos da equipe de Governo; cumprimento todos.

Na verdade, eu queria rapidamente fazer uma pequena explanação acerca de três temas que fazem parte da LDO, mas com o foco para a nossa cidade de Várzea Grande. Os três temas seriam saneamento, segurança pública e educação.

Eu acho que saneamento básico é um dos principais problemas de Várzea Grande. Na verdade, a questão da água aqui é uma questão que muitos dizem que sequer tem solução, o que é uma incoerência na medida em que somos cortados pelo rio Cuiabá e estamos a cem quilômetros, Deputado João Malheiros, da bacia pantaneira, que o senhor tão conhece bem o nosso querido Pantanal, Poconé e região. Quer dizer, a princípio, é injustificável isso, mas quando se fala em investimento propriamente dito para a questão da água em Várzea Grande é que se esbarra no problema. Eu vi a explanação da Deputada quando ela colocou a questão do saneamento, investimento, e a aplicação do investimento foi zero me parece... Dezenove por cento, em 2004 dezenove por cento.

Quer dizer, foi rapidamente, Osemário, e não deu para ler na questão finalística no primeiro tópico, não sei se ali estava incluída a questão do saneamento básico, mas passou muito rápido na transparência e não deu para verificar com atenção, mas era importante destacar isso, como está isso, haja visto que, com a municipalização da questão da água, evidentemente os municípios têm que tomar conta disso. Mas como está a questão da contrapartida, da contribuição do Estado para resolver os problemas dos municípios na questão do saneamento básico?

O principal problema de Várzea Grande, Secretário, pode ter certeza, hoje, é o saneamento básico. O período da seca está chegando. Nós enfrentaremos isso com maior dificuldade ainda, principalmente duas regiões da nossa cidade. Se você pegar a região do grande Cristo Rei, onde a maioria dos bairros tem água uma ou duas vezes por semana, Deputado, e aqui também na região sul da nossa cidade, principalmente do lado de lá da Rodovia dos Imigrantes, se você pegar toda aquela região do 15 de Maio, 13 de Setembro, Gonçalo Botelho, Capão Grande, toda aquela região, incoerentemente, porque é até mais próxima do rio Cuiabá, é a que menos tem o acesso à água tratada.

Então, eu queria destacar e fazer um pedido ao Secretário, aos Deputados, dentro da possibilidade de ainda se incluir, ou através do próprio Governo, ou de emendas dos Parlamentares, para que não possamos no ano que vem, quando formos pedir ajuda à Assembléia Legislativa, ao Governador, ouvir a resposta de que não consta no Orçamento e perdermos mais um ano com isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho certeza de que o Secretário Yênes Magalhães, sensível que é aos problemas de Várzea Grande - essa Várzea Grande que tanto gosta dele também, é um amigo, é um irmão, tem parentes aqui, amigos aqui, do Icarai ao Ribeirão dos Cocais, na divisa com Nossa Senhora do Livramento... Então, estamos aqui pedindo isso ao Secretário.

Quanto à questão da segurança pública, eu acho que o Governo do Estado avançou muito, mas Várzea Grande ainda precisa avançar mais.

Hoje, Secretário, nós temos aqui 270 policiais militares e 09 viaturas para atender 247.000 pessoas, segundo o último índice do IBGE. Quer dizer, 09 viaturas para atender 247.000 pessoas, e 270 policiais militares. É um policial para cada mil pessoas, Deputado. Eu não sei se consegue dar segurança a tanta gente assim. Três motos. Nós só temos um batalhão em pleno funcionamento. A Polícia Comunitária já tem um prédio pronto para funcionar no Cristo Rei, mas é preciso mais investimento. Precisa-se de contingente ali...

O Sr. Zé Carlos do Pátio (FALA FORA DO MICROFONE) - Um para cada mil?

O SR. CHARLES CAETANO - Um para cada mil. São de 270 a 300. É a estimativa da própria Polícia Militar para 247.000 pessoas, segundo o último índice do IBGE. Então, é preciso ter um investimento maior. Eu acho que o Governo do Estado já avançou bastante, Secretário, mas nós precisamos avançar mais.

E, por último, a questão da educação. Eu gostei muito da manifestação do Deputado Riva, quando lembrou da questão das universidades. E foi rápido. Então, eu não pude ver, mas teve a questão da UNEMAT dentro da nossa cidade. Nós temos aqui duas faculdades, mas elas são particulares. Não existe o programa de incentivo à bolsa escolar. Os alunos são carentes. Ou nós temos a universidade pública, que é bandeira da Vereadora Aziza Baracat, quer seja a UNEMAT, a UFMT, ou nós temos que ter um programa de bolsas de estudo para que os alunos carentes tenham acesso às faculdades particulares.

Eu concordo com o Deputado Riva. Ele me parece que já saiu, mas eu entro juntamente com ele, porque realmente Várzea Grande também precisa. A exemplo de outros municípios do nosso Estado, Várzea Grande precisa muito disso.

Então, eram esses três temas que eu queria abordar. E queria deixar registrada aqui esta manifestação de preocupação, mas que é possível ainda - acredito - ser incluída de uma forma melhor, de uma forma mais abrangente para beneficiar o sofrido povo várzea-grandense nesses três aspectos: saneamento, segurança pública e educação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - É dessa forma que vamos tentar ajudar, Vereador, e ver de que forma nós vamos encaminhar, agora, na defesa da LDO lá na Assembléia Legislativa.

Eu estava até conversando com o Presidente da Câmara, de vocês encaminharem isso daí como Indicação e nós, lá, com certeza, vamos fazer um esforço concentrado, com todos os Srs. Deputados, para discutir com o Secretário Yênes Magalhães.

Há uma divergência muito grande em relação à água e o esgoto que foram municipalizados e não são contemplados. Mas nós temos que achar alguma forma, alguma maneira, porque têm municípios do Estado, não só Várzea Grande, mas ainda vários outros que não foram municipalizados e tem problemas que, por divergências, um motivo ou outro, também não tem capacidade de investimento. E aí que dá esse problema sério para a sociedade. Mas acatamos aqui e vamos levar essas reivindicações.

Informo a todos, também, que a nossa Audiência Pública está sendo gravada, tanto na TV Assembléia como no sistema de fita, e também o nosso serviço de taquigrafia está registrando todos os pedidos aqui, as sugestões e as reivindicações que estão surgindo.

Com a palavra, o Deputado Clóvis Roberto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. CLÓVIS ROBERTO - Na pessoa do Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa, cumprimento os Colegas Deputados; na pessoa do Presidente desta Casa que abriga esta discussão pública da LDO, Vereador Gonçalo, saúdo os demais Vereadores aqui presentes; aos amigos de Várzea Grande.

A preocupação da Assembléia Legislativa em levar a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias até a Câmara Municipal de Várzea Grande tem um significado especial. Qual é esse significado? É a abertura daquele Legislativo para que todos os Vereadores do Estado de Mato Grosso, para que todos os prefeitos do Estado de Mato Grosso possam oferecer subsídios nas diversas regiões para que possamos, de alguma maneira, trabalhar em consonância e em função de uma LDO exequível e compatível com a realidade do Estado de Mato Grosso.

Em relação à questões aqui colocadas, como o Orçamento impositivo, nós vivemos um drama muito sério em nosso País, Deputada Verinha Araújo, a Constituinte de 1988 elaborou uma Constituição de um regime Parlamentarista, onde as diversas regiões e cantões poderiam estar ali devidamente representados no orçamento, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento e que aquilo seria cumprido. Quer dizer, o próprio Legislativo é quem daria o tom administrativo em nosso País, por conseguinte em nossos estados, em nossos municípios. Mas, infelizmente, nós estamos colhendo frutos de uma Constituição elaborada para o regime Parlamentarista dentro de um regime Presidencialista. E daí, talvez, se explique o desinteresse de boa parte da população que num primeiro momento, eu me lembro, a população quando era chamada a discutir o Orçamento vinha em grande número, as pessoas compareciam, as entidades todas se manifestavam, Secretário Yênes Magalhães, mas depois caiu na realidade, porque fica de acordo com os interesses do poder político maior de determinada região com maior área de influência. Quer dizer, isso vai provocando, infelizmente, está provocando essa dicotomia que não é privativo do Estado de Mato Grosso, é de todo o País.

O Brasil precisa repensar em sua forma de ser. Na verdade, o que nós estamos assistindo é isso. Vem lá, região: Olha, nós gostaríamos que essa ponte não fosse construída neste rio, mas sim naquele outro rio porque vai beneficiar tais e tais regiões. Mas, de repente, o poder político mais forte, às vezes, atende o interesse particular em detrimento do coletivo. Mas ainda há uma esperança, ao menos o Poder Legislativo, e aí eu coloco as Câmaras Municipais todas, elas podem, *de per si*, assumirem essa posição, até certo ponto de intransigência, no sentido de defender o interesse da coletividade.

Eu gostaria até de me referir ao Vereador Charles Caetano quando ele disse do problema da água em Várzea Grande.

Vejam vocês, se nós contarmos isso em qualquer parte do Brasil vai soar como absurdo. Várzea Grande teve dois Governadores daqui, dois Governadores daqui que foram Prefeito, Governador, Prefeito e possui o pior sistema de abastecimento de água do Estado de Mato Grosso. O que é um absurdo, é condição *sine qua non*, você vai, por exemplo, em qualquer cidade, você vai a Rondonópolis tem um sistema. Pode ter falha? Tem, mas é um sistema bom. Você vai... Até Tangará da Serra que tem um problema de gravidade seriíssimo resolveu o seu problema de abastecimento d'água.

No entanto, Várzea Grande... Eu acho que é um desafio até para a nossa Assembléia Legislativa procurar de algum meio ajudar a resolver esse problema. É um débito que o Estado de Mato Grosso tem para com Várzea Grande. Sistema de abastecimento de água em Várzea Grande não existe, é precaríssimo, com o manancial que temos aqui, um rio que temos aqui que serve a Cuiabá, que poderia servir também a Várzea Grande, como não? Eu acho que daí a importância. E até pelo fato de estar aqui, todos nós, discutindo, já vale essa audiência pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

No mais é torcer para que o Legislativo do Estado possa fazer a sua parte. Nós teremos a segunda audiência pública no dia 27, vejam bem, no dia 27, Vereadores e Vereadoras aqui presentes, na AMM, onde estaremos fazendo a segunda e última audiência pública e, quem sabe, até lá alguma coisa, algum documento possa ser produzido para que nós possamos brigar e lutar também por nossa querida Várzea Grande. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, o Vereador Afrânio de Araújo.

O SR. AFRÂNIO ARAÚJO - Não é Vereador, não. É o Afrânio. Eu sou médico em Várzea Grande. Esse foi meu primeiro emprego, então, eu estou bem à vontade nesta Audiência Pública. Eu comecei no bairro da Manga. Nem existe mais o postinho de saúde.

Eu me inscrevi somente para falar de uma questão.

Na verdade, nós precisamos primeiro afirmar o lado positivo da coisa. Esses mecanismos que a Assembléia Legislativa tem intensificado, de Audiências Públicas, apesar de achar que ainda está faltando muita coisa, está faltando Secretário, está faltando os técnicos falarem mais. Técnico não pode só ficar ao celular, receber recadinho. Não. Deixe o técnico falar. Se falar besteira, depois puxe a orelha dele na Secretaria.

Eu estou elogiando porque tenho... Só que de vez em quando vocês tiram os documentos muito rapidamente da *internet*. Ouviu, Yênes, eu estou elogiando. Em um primeiro momento brincando, mas eu estou elogiando porque nunca antes no Estado tanta documentação foi fornecida de forma digital, que acelera o nosso trabalho. Não é, Otaviano? Há algumas coisas que vocês poderiam colocar não em PDF, mas colocar em outra linguagem para que pudéssemos copiar as tabelas para não redigitaros.

Então, isso é positivo da parte da Assembléia Legislativa, do Governo do Estado. A informação se torna mais transparente. No entanto, a manipulação dessa informação e a nossa intervenção, de todos nós, da própria Assembléia, eu acho que é o grande problema. Eu estou colocando isso pelo seguinte: O problema das GIAS é sério. O problema da regionalização é sério. Todos os problemas são sérios. Não há dúvidas de que os orçamentos do Estado têm se voltado para uma esfera econômica. Era natural, porque um grupo político, econômico, ganhou o poder e ele opera a partir do seu conhecimento do dia-a-dia. É um grupo político, econômico, importante para o Estado. Só que ninguém acreditava. Todos achavam que era coisa de alguns malucos, de alguns militantes da ecologia. Não há dúvidas de que há setores, como há em tudo, da ecologia mal intencionados, que querem usar a questão da ecologia, a questão da Amazônia, para outros objetivos. Eu não estou aqui defendendo a teoria da conspiração total, mas sabemos que há interesses econômicos por trás disso. Mas não há dúvidas também de que há questões ambientais de peso e não há dúvidas de que há questões econômicas de peso.

Eu acho que veio à tona este ano uma questão muito forte. E consta dos relatórios, ninguém acordou para isso. Consta dos relatórios federais. A Deputada Verinha Araújo mostrou alguns dados, mas nós estamos tendo acesso a alguns documentos e vamos solicitar outros ao Governo do Estado. Há dados registrados oficialmente, Deputado Clóvis Roberto, do Governo do Estado, muito bem registrados pelos técnicos de todas as áreas, que atestam realmente que em Mato Grosso nós perdemos o controle sobre a questão do desmatamento e sobre a questão do licenciamento, como perdemos quanto à ocupação de áreas de terra da União, de áreas de terra do Estado, como perdemos o controle de muitas outras coisas que estão trazendo essas conseqüências que estamos vendo.

Eu, na verdade, me inscrevi para dizer que o pior está por vir. E estou dizendo isso pelo seguinte: se as pessoas estão acompanhando bem a imprensa, é um alerta para nós todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Vejam bem o posicionamento do Governo Lula, por exemplo, que está a todo momento na imprensa, ontem e hoje saiu notícias, vai cortar na carne. Está dizendo isso, está bem claro. Vocês vão ver nos próximos dias na imprensa. Mas vão ser tomadas decisões de Governo de muito peso.

O Governador Blairo Maggi, que perdeu várias horas - eu sei disso, porque tentei conversar com várias pessoas - para analisar essa bomba da Operação Curupira, que atinge o Estado, que atinge a federação, ele também está tomando medidas drásticas, medidas muito fortes, que eu acho que vão trazer algum avanço nessa questão de Mato Grosso. Só que eu acho que para a gravidade da situação, essas medidas são poucas, até porque precisamos - e aí a Deputada Verinha fez a proposta da CPI do desmatamento, não para perseguir o Governo Blairo Maggi, não para fazer dele o vencedor da Motosserra de Ouro, que o *Greenpeace*... Para quem não sabe, o *Greenpeace* está, em nível mundial, com o Prêmio Motosserra de Ouro, onde estão concorrendo o Governador Blairo Maggi, o Presidente Lula, o Palocci, todos estão concorrendo, e parece-me que na última enquete o Governador Blairo Maggi estava ganhando.

Não se trata disso, trata-se do seguinte: Eu acho que há uma questão econômica, macroeconômica, que não tem nada a ver com o preço do câmbio, que é um problema para a soja, que não tem nada a ver. Tem a ver com o desmatamento, que é uma coisa que vai se inserir, que é o seguinte: está diminuindo o consumo de soja no mundo, tem o problema do frango asiático e outros problemas. Está aumentando a produção de soja e tem estoque de soja hoje, se não me engano, de 50, 80 milhões de toneladas no mundo. Isso é estoque que já dá para ser desovado, tem soja de 2001 e 2002.

Então, além do problema ambiental que é muito sério, vai vir à tona e, daqui a pouco, vai vir à tona, e até o Governador Blairo Maggi já admitiu, lá em Primavera do Leste... A Deputada Verinha Araújo tinha colocado lá na sua justificativa, na proposta da CPI do desmatamento, essa preocupação.

Se o Governo brasileiro, o Governo de Mato Grosso e a Assembléia Legislativa, que não deram uma resposta com intensidade e tal... Daqui a pouco, alguns setores da economia mundial, por algum período de um, dois, três, cinco anos, resolverem o problema deles, eles vão atacar a nossa produção de soja, a nossa produção de algodão, a nossa produção de boi, tentando fazer uma vinculação direta, porque, na verdade, existe parcialmente com o índice exacerbado de desmatamento em Mato Grosso.

Se bem que tem um desmatamento aí legal que está por trás também, que é uma loucura, estavam até me narrando aqui algumas coisas que falaram, algumas informações. Mas, enfim, não interessa, tem que cortar na carne, Yênes Magalhães. Eu diria a Vossa Excelência o seguinte: imagine que 10% de uma campanha mundial contra os nossos produtos dê certo. Só 10%, 5% dê certo. Imagine os milhões de toneladas que nós temos aí de produção no Estado. Imagine que a produção, a soja que está estocada no mundo, a produção anual de Mato Grosso é isso aí, 80 milhões, 60, quanto é? Quem tem dados aí? A produção de soja, de tonelagem? É mais ou menos o que está estocado para ser desovado no mundo.

Então, para fechar, eu só quero dizer o seguinte: virá uma novidade econômica no Estado de Mato Grosso, que virá com uma novidade política de tamanha monta que todos os setores políticos deste Estado, de vereador, prefeito a governador e o Governo Federal que vai ter os seus problemas, também, vão ser responsabilizados, pode haver inclusive uma quebra de Estado. Só um probleminha do câmbio e olha o que já gerou, olha o problema que já gerou, vai ter tratoração... Eu acho que o Maggi deveria redirecionar o tratoração dele, deveria fazer um tratoração rumo à Amazônia, vamos descobrir todas as áreas que estão sendo desmatadas, vamos contratar mais gente, fazer mais concurso e vamos dar um jeito de responder ao mundo sobre essa questão, porque isso é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

uma questão macroeconômica que atinge diretamente um Estado que está calcado a sua economia na monoprodução de uma coisa só, que é grão de soja. Porque a soja tem cento e tantos produtos e isso não é feito em Mato Grosso, é um pouquinho de farelo, um pouquinho de óleo que sai desse farelo e muito grão. Essa é a verdade econômica de Mato Grosso. Portanto, é uma economia frágil nessa situação macroeconômica, geoeconômica que está sendo gestada no mundo.

Acho que a Assembléia Legislativa, neste momento, tem um papel fundamental, tem que tentar chamar o Governo do Estado para conversar.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Parabéns ao Afrânio.

Eu estive conversando e realmente o Governo Federal tem que tomar uma posição, tem que ter uma decisão, uma definição dura de Governo. O problema é que o Congresso Nacional não tem a coragem de votar a Medida Provisória nº 2166, que define o Código Florestal.

Eu estive conversando com o Governador do Paraná, que veio sexta-feira, sabe qual a medida que eles estão tomando? Lá ele me garantiu, o nosso Estado derrubou 97%, 97%. Estou falando do Estado do Paraná porque eu sou do Paraná, então eu tenho liberdade, faz vinte e sete anos que estou no Mato Grosso, mas o Governo do Paraná falou que derrubou 97%. Sabe qual é a medida que ele está tomando agora? Não cruza mais caminhão de madeira dentro do Paraná que não tiver o selo verde, mesmo que tiver com as Guias de ATPFs certas, se a madeireira não tiver o selo verde não passa.

Então, são políticas duras. Tem que ser por aí e começar a reflorestar o Paraná também. Não penalizar e começar a reflorestar os outros Estados. O que eu sempre defendi aqui no Estado de Mato Grosso é que cumpra se a lei. Às vezes é assustador ver ali dois milhões de hectares para derrubar, mas se estiver dentro da lei. Se é permitido dentro do Código Florestal, mesmo sendo regido pela MP 2166 que só pode derrubar vinte por cento, se tem uma área de mil hectares de mato, você quer derrubar duzentos hectares, a lei permite, não tem ninguém que.... É a legislação. Pode derrubar duzentas hectares.

Então, está correta a discussão. É uma preocupação, não só do Estado, nem só do Brasil, é do mundo. E a primeira coisa que nós temos que forçar, e nós já estamos travando esse debate, já fizemos algumas audiências públicas, e nós temos uma bomba relógio na nossa mão, que é o zoneamento do Estado, que nós só vamos discutir depois que definir o Código Florestal. O Código Florestal brasileiro vai ter que ser definido. E aí nós vamos votar nosso zoneamento do Estado. Dentro dessa legislação, com o parecer da maioria dos Srs. Deputados. Inclusive, nós vamos estudar o zoneamento agora. Vamos começar um curso interno para os Deputados, para sabermos de fato o que realmente é zoneamento e onde afeta.

Senhores, eu quero comunicar que nós encerramos as nossas inscrições. Temos aqui três oradores que vão fazer uso da fala. Depois, vamos passar para o Secretário Yênes, para dar as respostas e também aos técnicos. Com a palavra, a Vereadora Aziza Baracat.

A SR^a AZIZA BARACAT - Queremos cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente; os Secretários, na pessoa do Sr. Yênes; e os nossos Vereadores, nossos colegas, nosso Presidente.

Cumprimento todas as senhores, senhores, Secretários Braga e Regina.

Nosso questionamento, Deputado: na LDO, qual o critério para se dedicar o percentual a cada Secretaria? Quem define isso? É a Secretaria de Planejamento? É uma das indagações que eu quero fazer. Como eu vou saber que a Secretaria de Turismo precisa de mais recursos? Como eu vou saber? A não ser os recursos para a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, que são definidos em lei, as outras são feitas como? É uma dúvida que eu tenho e que gostaria de um esclarecimento.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Com relação ao Município de Várzea Grande, nós precisamos de muita coisa. E gostaríamos de ser contemplados nessa LDO. Com relação ao saneamento, eu quero concordar com o meu colega Vereador Charles, porque é também uma necessidade premente.

E a educação? Lembramos que na última Audiência Pública eu pedi o apoio da Assembléia Legislativa para implantarmos a UNEMAT aqui em Várzea Grande. Nós pedimos porque já tem uma lei de 1999, mas até hoje não foi colocada em prática, regulamentada. Eu não sei se depende de colocar recurso no Orçamento, na LDO. É próximo de Cuiabá? É. Mas a Baixada Cuiabana não tem UNEMAT. Seria para atender os estudantes dessa região e as pessoas me cobram até hoje. Eles sabem da nossa luta no outro mandato e quando nos encontramos perguntam: “Ah, Vereadora, e a UNEMAT?” Então, é uma reivindicação, é uma aspiração dos nossos estudantes. Se não conseguir... Eu acredito que se tiver boa vontade conseguirá. Eu quero contar com o apoio da Assembléia Legislativa, além das bolsas, que são insuficientes para duzentos e quarenta e sete mil habitantes só em Várzea Grande! Então, são muitos jovens que não conseguem concluir seus estudos.

Outra coisa que eu gostaria de dizer é que nós temos uma Audiência Pública marcada para o dia 23 de junho. E essa Audiência Pública tratará das novas propostas de turismo em Mato Grosso e como Várzea Grande estará inserido.

Então, nós gostaríamos também de reivindicar o apoio para o turismo aqui em Várzea Grande, porque é uma forma de geração de emprego e renda. Com o que nós podemos contar? Com a educação, com o turismo. O que mais? Alguma coisa a mais? Saúde? Seria um Centro de Referência? Quer dizer, nós ficamos analisando a nossa vocação econômica aqui.

Eu acho que o turismo é um campo que irá proporcionar trabalho e renda para o nosso pessoal. Era só isso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A forma como é distribuído, Vereadora, o Secretário, logo mais, vai responder para Vossa Excelência.

Com a palavra, a Sr^a Eroisa de Melo.

A SR^a EROISA DE MELO - Boa-tarde a todos!

Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Deputado Silval Barbosa.

Eu agradeço a oportunidade de falar pela população. Eu sou moradora de Várzea Grande há trinta anos. Eu digo a vocês que a população não está aqui porque não acredita nas pessoas. No papel, é lindo, mas a realidade é outra.

Então, é isso que eu queria falar a respeito da população e pedir também uma faculdade para Várzea Grande, porque nós precisamos. Eu tenho o 2º grau completo, iniciei o curso de Administração, fiz quatro semestres, na UNIC, mas não pude concluir, porque sendo funcionária pública é, humanamente, impossível pagar uma faculdade.

Outra coisa, sobre a segurança pública que o Vereador Charles colocou, eu trabalho na segurança pública e é uma vergonha aqui em Várzea Grande. Eu trabalho na cadeia pública que tem capacidade para 190 detentos, lá nós temos 280, e não temos um médico e nem um psicólogo de que eles precisam.

Quando se diz direito da cidadania, em 2002, foram alocados 75% das verbas. Foi colocado na estatística da Deputada Verinha Araújo que o Estado fez 75%. Em 2004, foi aplicado apenas 25% das verbas. Então, o direito do cidadão ficou a desejar.

Então, está aqui a minha indignação como cidadã de Várzea Grande, de Mato Grosso, porque aqui eu resido.

Era o que eu tinha a dizer a todos vocês. Enquanto Audiência Pública, eu agradeço a oportunidade, mais uma vez, pela concessão da palavra.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A tendência da criminalidade é aumentar, porque a elite é pouca e os bandidos são bastantes, eles estão desempregados e não têm perspectiva de vida. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós é que agradecemos a participação da Sr^a Eroisa de Melo.

Com a palavra, o Sr. Secretário de Administração Municipal, o Sr. José Marques Braga.

O SR. JOSÉ MARQUES BRAGA - Boa-tarde!

Quero cumprimentar os Vereadores Wilton Coelho, Aziza Baracat, Charles Caetano; meu ex-aluno Wanderlei Cerqueira; Antônio Cardoso e, na Mesa, o Presidente que, em seu nome, cumprimento a todos.

Bem rapidamente, nós queremos parabenizar a iniciativa da Assembléia Legislativa e do Governo do Estado em fazer esta Audiência Pública em Várzea Grande. Destacar algumas falas importantes como a do Deputado Zé Carlos do Pátio, de Rondonópolis, por sua franqueza no discurso, que é próximo da prática; nosso colega de faculdade, o economista Fortes Dalto.

Mas a minha reivindicação é bem pequena, meu amigo Secretário de Planejamento, nós sabemos que as demandas são infinitas e os recursos são escassos.

Neste momento em que o Dr. Afrânio coloca das questões macroeconômicas, aonde existem muito estoque de mercadorias e um excesso de oferta de moeda e, portanto, tem que fazer o ajuste entre esses dois produtos, é necessário que tenha prioridades e a prioridade que eu vejo hoje em Várzea Grande, que às vezes não é visto por todos, é Governo do Estado, a exemplo como faz as patentes das grandes multinacionais, a *Nike* e outras mais, ceder o seu modelo de gestão para Várzea Grande. Nós temos uma carência muito grande do modelo de gestão, começando pela tecnologia de informação, não temos nada e quase nada informatizado. O pouco que temos é desintegrado, são cinco CPDs dentro da minha Prefeitura e o CEPROMAT tem lá vários *softwares* que podem ser repassados a um custo de vinte a trinta por cento do custo de mercado, porque apenas a reprodução não se paga patentes, nem renovação tecnológica e nem renovação gerencial que pagamos às multinacionais. Então, essa é uma coisa que é barato para o Estado, não empobrece o Estado e é muito útil para Várzea Grande, é trazeremos para cá o modelo de gestão que foi desenvolvido muito bem aí nos últimos dez anos dentro do Estado. E o CEPROMAT, a SAD, o próprio Planejamento, a Fazenda, são exemplos de modelos de *softwares* e de gestão para Várzea Grande.

O segundo item que eu acho interessante e que Várzea Grande tem, Vereador Presidente da Câmara Municipal, é investirmos também um pouco em pesquisa, pesquisa econômica, social e econômica. Vergonhosamente, Várzea Grande não tem nenhum *site* ainda que você saiba quantos mil habitantes tem, qual é a renda *per capita*, qual é mais ou menos a projeção da população, quais são os dados, por exemplo, como Rondonópolis, distribuição de renda, o índice de PIB e outras coisas mais que Várzea Grande não tem. Isso é muito importante para que haja novos investimentos nesta cidade.

Há um mês, um empresário português esteve em Várzea Grande a procura de dados econômicos e sociais para fazer um investimento e não tinha. Ele foi para Tangará da Serra. Deve estar se instalando lá.

Então, são coisas que as pessoas não visualizam, mas que são básicas para as tomadas de decisões no campo privado e no campo público.

Essa é a minha reivindicação, bem econômica e bem rápida. Muito obrigado.
(PALMAS)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Como já havia dito, encerradas as inscrições, passemos a palavra ao Secretário Yênes Jesus de Magalhães.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Presidente Deputado Silval Barbosa; Presidente desta Casa, nosso particular amigo, Vereador Gonçalo; Osceário Daltro; Deputado Clóvis Roberto; Deputada Verinha Araújo; Deputado Zé Carlos do Pátio.

Quero cumprimentar aos presentes nesta audiência em nome dos Vereadores, representando os homens, o nosso amigo Charles Caetano, e representando as mulheres a Vereadora Aziza Baracat; cumprimentar os técnicos da SEPLAN aqui presente, em nome do Secretário Adjunto Arnaldo.

Eu vou pedir, Osceário, como eu perdi a fala do Deputado Riva e da Deputada Verinha Araújo, mas praticamente o Deputado Riva me passou o que ele tinha falado, vou tentar explicar e aí, se ficar alguma coisa, você faz a complementação.

Na verdade, queria trazer, Presidente Deputado Silval Barbosa, eu não concordo com algumas coisas que ouvi aqui. Eu acho, acho não, tenho certeza, a convicção de que a Assembléia Legislativa vem desenvolvendo esse papel das audiências públicas com muita ênfase e temos que destacar nesse momento os avanços que estão ocorrendo.

Foi decisão da Assembléia Legislativa, no final do ano passado, estabelecer o critério da regionalização no orçamento para 2006. De 2005 nós conseguimos regionalizar a saúde, educação e FETHAB. Para 2006, todo o investimento deverá ser regionalizado. Isso já é um grande avanço. Poucos Estados têm o orçamento dessa forma. Também o Estado experimenta um processo novo de trabalhar com programas. O Estado não trabalhava com programas e nesta gestão estamos trabalhando com programas. E, automaticamente, às vezes, somos questionados dentro até do próprio Governo.

Na revisão do PPA, que também foi um avanço, aprovada pelos Srs. Deputados, apresentamos as estratégias principais do Governo, que são dez estratégias e onze principais programas. Não que os outros programas não sejam importantes, mas ali nós partimos simplesmente da premissa de volume de capital investido. Se nós pegarmos... Tem alguns programas ali que aparece com recursos muito pequeno, e esse recurso, na verdade, funciona como contrapartida.

O Turismo, Vereadora Aziza Baracat, é um exemplo. A Secretaria é fomentadora da política de turismo. Então, ela funciona como uma contrapartida. É por isso que, às vezes, aparece um volume de recurso pequeno. E nós partimos, neste momento, apenas com os recursos do Tesouro, porque com os recursos da União não sabemos até que ponto podemos contar. Não dá para trabalharmos com isso.

Eu vejo também que foi colocada aqui a questão do volume de recurso aportado. Nós acabamos de passar por uma reunião semana passada, onde uma missão da Secretaria do Tesouro Nacional ficou a semana toda aqui reunida com Técnicos do Estado. O Otaviano sabe muito bem o que eu estou dizendo. Nós temos metas a serem cumpridas. Eles vêm, avaliam as metas do último ano e deixam as metas para o próximo ano.

Assim como o Governo Federal, nós também somos obrigados a pagar dívida. O Governo Federal não tem como deixar de pagar a dívida, até porque ele é o primeiro desconto que tem. Então, hoje Mato Grosso é penalizado, e isso nós temos falado sempre, por crescer muito. Porque, se não crescesse, paga aquele percentual, como cresce mais, paga mais a dívida. E, também, o Governo Federal não aceita neste momento discutir, porque não é somente Mato Grosso. São quase todos os Estados. E não tem como dar um tratamento diferenciado para Mato Grosso. Teria que discutir o País todo e nós entendemos que isso é difícil, sem dúvida alguma. Afinal de contas, nós também estamos à frente do Estado e sabemos o que essa discussão significa para os municípios.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Agora, foi colocada aqui a questão da renúncia, pelo Deputado Zé Carlos do Pátio. Quer dizer, vocês estão abrindo mão de um bilhão que poderiam ser investidos na saúde, na educação? Eu quero dar um exemplo, que achei até hilário, feito pelo Secretário Clóves Vettorato quando de uma discussão interna, onde um técnico do Estado fez essa colocação e o Secretário Clóves Vettorato disse que a esposa dele chegou na sua casa e falou: “Bem, eu economizei quinhentos reais hoje”. Ele falou: “Ah é, como?” “Eu vi um vestido lindo e não comprei.” Então, economizar o que não temos não é economizar.

Na verdade, o incentivo precisa ser dado, senão, não vamos trazer. Então, vamos parar de discutir investimentos, parar de discutir exportação. A exportação é isenta de imposto. E nenhum doido no mundo deixa de discutir a questão de se dar incentivo para trazer uma empresa que vai gerar emprego e que durante um determinado período não vai arrecadar os impostos, mas, a partir daquele momento, sim. Então, é isso que nós experimentamos hoje.

Nós temos o CONDEPRODEMAT, que é o Conselho de Desenvolvimento de Mato Grosso, onde a Assembléia Legislativa faz parte, e esse Conselho é novo, não tem nem um ano de existência. Então, esse Conselho é justamente para fazer o acompanhamento, a avaliação das metas propostas, não só metas físicas e financeiras, de cada um dos Fundos, de cada um dos programas.

Pela primeira vez estamos tratando os Fundos do Estado de Mato Grosso de uma forma única. Cada Secretário tratava o Fundo da sua forma, e, neste momento, nós estamos submetendo tudo isso ao Conselho formado não só pela Assembléia, mas pela classe produtora e pela Universidade. A FIEMT, a FAMATO e a Universidade Federal de Mato Grosso também estão ali presentes.

É uma peça tecnocrática? É. Eu sou a pessoa que mais sofre com isso.

Em dezembro do ano passado, o Governador Blairo Maggi me perguntou como eu estava me sentindo a frente da Secretaria de Planejamento. Eu falei para ele: Muito mal! Muito mal por quê? Porque eu venho de um setor, da Secretaria de Transportes, onde a resposta é muito imediata, é o setor mais imediatista que existe. Atropela-se alguém numa rua, fecha a rua, quer um quebra-mola, no outro dia você manda colocar o quebra-mola; querem um semáforo, você manda colocar.

E planejamento... Na Secretaria de Planejamento nós temos o vídeo de um avião, um *boing*, a 15 mil metros de altura, só carcaça, sendo montado, os funcionários pegando as placas e tentando pôr arrebite. Isso em Mato Grosso. Falar de planejamento num Estado que mais cresce no Brasil.

Se você falar assim: Vamos planejar? Ninguém quer planejar. Todo mundo quer fazer, todo mundo quer executar, mas o planejamento... Nós estamos resgatando isso e não poderia deixar de aproveitar essa oportunidade e colocar. O planejamento, não só em Mato Grosso, mas em todo o Brasil, passou por um momento, por anos, por décadas, de descrédito e ninguém queria planejar. Agora houve uma necessidade. Eu digo hoje porque estamos vivendo um momento de convergência.

Nós vemos o Governo Federal... Nós acabamos de ter, lá na Assembléia Legislativa, através do INTERLÉGIS, uma rede nacional, onde o Ministério do Planejamento qualificou os técnicos dos Estados, nós tivemos técnicos da Secretaria de Planejamento, dois dias de treinamento para que pudéssemos... E hoje nós estamos em todas as regiões de Mato Grosso fazendo treinamento dos técnicos das prefeituras para elaboração do PPA municipal, que neste ano é obrigatório. Então, isso nunca ocorreu, é a primeira vez que ocorre no Brasil.

O planejamento é lento. Nós estamos num processo de... É pior, não é que está nascendo. Nós estamos saindo do negativo. É reconstruir, é começar a priorizar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu sempre digo, Deputada Verinha Araújo, que nós temos dois problemas a serem enfrentados neste país. Primeiro é o da integração, dos entes federados, união, estados e municípios. Isso ainda não ocorre. Ocorre aqui, acolá, um ou outro projeto, mas não ocorre; e a priorização. O dia em que nós, a sociedade priorizou, e todos, união, estados e municípios atacarmos aquela prioridade, resolveremos os problemas. Recursos têm, mas são poucos para resolver todos os problemas.

A questão ambiental é um problema que apareceu agora, o Governo do Estado está há algum tempo discutindo com o Governo Federal e perguntando: o pacto federativo, eu assumo ou você assume? Eu assumo ou você assume? O próprio acesso às imagens de satélite, o Estado tem uma imagem por ano e o Governo Federal tem acesso a essa imagem de quinze em quinze dias, tem uma base nova. Então, de quinze em quinze dias você consegue comparar onde é que está tendo avanço e nós temos uma vez por ano. Então, para tudo isso precisa sentar à mesa, o Governador nos próximos dias estará sentando com a Ministra Marina, no sentido de levar as propostas. Nós temos, sim, proposição de encaminhamento. Hoje existem dois grupos formados no Governo do Estado, primeiro para rever a questão da estrutura do órgão de fiscalização, do órgão ambiental que é a FEMA e o outro é um grupo de trabalho que está dando o refino na política ambiental do Estado, porque nós temos política ambiental, sim, e isso não está sendo feito só pelo Executivo, o Governador fez questão, ali estão Promotores, Procuradores, está a Universidade Federal de Mato Grosso, chamamos a universidade, seus doutores, seus mestres a nos ajudar a fazer o refino na política ambiental do Estado.

Então, proposição nós temos, agora precisa, neste momento, o Governo Federal abrir essa possibilidade de fazermos isso conjuntamente.

Quando eu disse que vinha de um setor muito imediatista, e o planejamento a gente não consegue fazer em nenhuma gestão, aqui têm muitos técnicos da área de planejamento, estou vendo aqui o Professor Bolanger, o Otaviano, que sabem muito bem que nós, às vezes, plantamos numa gestão para que ela consiga vigorar na próxima, mas isso é uma preocupação que temos no sentido de dotar os técnicos de capacidade para formular, e não simplesmente ficar na mão dos gestores, do Governador, do seu Secretariado e na hora em que muda o Governo, tem que fazer tudo novo porque o Governo que estava aí fez tudo errado.

Então, essa é uma preocupação muito grande que o Governador Blairo Maggi tem, hoje, e ele coloca todo momento a possibilidade de buscarmos todas as nossas forças, estamos fazendo isso.

Nós criamos, Deputado Silval Barbosa, um escritório de projetos no Estado, trouxemos uma empresa de Curitiba, BM-21, que fez durante onze meses a qualificação dos nossos técnicos, no sentido de que tivéssemos um nivelamento na elaboração do projeto, no acompanhamento ou na avaliação, e agora esses técnicos que estavam já trabalhando nesses últimos onze meses ganharam do Governo do Estado um curso de MBA, de um ano, para que eles possam realmente se qualificar. É uma forma que o Estado tem de estar investindo nos técnicos para capacitá-los...

(A SR^a DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA COM O SECRETÁRIO - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Foi perguntado também quanto ficará na regionalização para Várzea Grande. Na verdade, a Lei de Diretrizes Orçamentária é muito abrangente. Ela não traz teto orçamentário para os órgãos, ela traz macro, o que vai ser de dívida, de reserva de contingência, de pessoal ela não traz. O que traz é regionalização. O que nós estamos propondo para a Assembléia Legislativa, numa discussão juntamente com a AMM, é a criação dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento regional, onde, a hora que o Estado falar que vão ter tantos milhões para essa região... E ali houve uma reunião, na semana passada, em Poconé, com os

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

prefeitos da Baixada Cuiabana, o Oscemário esteve presente lá, onde nós propusemos que esses consórcios não fossem apenas com os Prefeitos, mas que fossem os Prefeitos e os Presidentes das Câmaras pudessem estar deliberando sobre o orçamento de investimento do Estado, onde deverá ser aplicado. E aí, automaticamente, façam uma discussão em nível de região e se prioriza. Nós deixamos de dar aquele atendimento pontual.

E também, Deputada Verinha Araújo e Deputado Zé Carlos do Pátio, os senhores mais do que ninguém sabem da importância do trabalho de vocês para nós. Nós tivemos, há dois anos atrás, quando estávamos discutindo o PPA e os senhores foram os Deputados que mais apresentaram emendas e dessas emendas apresentadas todas as emendas foram objeto de uma negociação na Assembléia, que nós iríamos trabalhar com essas emendas o máximo possível. E nós conseguimos, os técnicos da Secretaria de Planejamento coordenando essa ação do Estado, atingir setenta por cento das emendas que os senhores apresentaram no PPA. Nós as incorporamos na revisão do PPA.

Então, também estamos buscando nesse momento, Deputada Verinha Araújo, lincar, fazer essa ligação de PPA, LDO e LOA. São coisas que, principalmente, quem vai estar nos assistindo? PPA, o que é PPA? É um Plano Plurianual, quer dizer, é o que o Estado vai fazer nos próximos quatro anos. O que é LDO? É isso o que está ocorrendo aqui. São as diretrizes para elaborarmos o Orçamento. Nós não começamos a elaborar o orçamento antes...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Sim, exatamente, eu já ia chegar nesse ponto.

E aí vem a outra parte, que é a mais importante. Quer dizer, essa não deixa de ser importante. Mas, para a população, seria a elaboração da LOA.

Quando o Deputado Riva coloca que na prestação de contas do quadrimestre ele não quer mais ver o Secretário de Fazenda, o Secretário de Planejamento, mas sim que cada Secretário chegue e diga: eu recebi tantos milhões e apliquei isto aqui, aquilo ali, aquilo lá, nós concordamos, já colocamos isso ao Governador. A LOA será feita dessa forma. Agora, não tínhamos como fazer isso hoje. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias não tem, até porque nenhum Secretário sabe o que ele terá no orçamento do ano que vem. Nós estaremos discutindo o teto orçamentário na semana que vem com o Governador. Depois, será repassado aos Secretários e ao Presidente. Então, não tem como o Secretário estar aqui presente, até porque ele não sabe o que terá de orçamento para o ano que vem. Vai depender da aprovação da LDO.

E quando Secretários, por exemplo, como Marcos Machado, como Antônio Pagot, fazem o atendimento das reivindicações o fazem ouvindo muitos dos Srs. Deputados, senão todos. Ouvindo a todos os Deputados, os Prefeitos. Só que nós precisamos mudar esse encaminhamento de duas formas. Primeiro, nós temos que fazer a discussão durante a elaboração do Orçamento. Não adianta no dia que o Orçamento estiver pronto levar à Assembléia Legislativa para apresentar emenda. Nós temos que fazer essa discussão.

E aí, Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, eu quero pedir a Vossa Excelência, assim como a Assembléia Legislativa fez há dois anos, quando chamou cada Secretário durante o período de elaboração do Orçamento; quando chamou as principais áreas, saúde, educação, segurança, infra-estrutura, quando o Secretário foi à Assembléia Legislativa para dizer o que ele estava propondo, aí sim é o momento de ele fazer a proposição e discutir possíveis alterações. Porque depois que está pronto dificilmente fica possibilitado dentro de uma audiência, de uma tarde, fazer alguma alteração. Isso é praticamente impossível.

Deputada Verinha Araújo, Vossa Excelência perguntou sobre a LDO, que está estabelecida...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Não, ela não está na LDO. Ela está no PPA. Ah, não. Nós mandamos como anexos das estratégias de Governo, que estão propostas. Olha, isso está mantido, é uma proposição. Nós sabemos das ilegalidades. Quanto a isso, o que nós estamos querendo é conclamar a todos fazerem essa fiscalização. Nós estamos trabalhando...

(A DEPUTADA VERINHA ARAÚJO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Está na LDO para o ano que vem?

(O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Não é isso que ela disse não.

(O DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES JESUS DE MAGALHÃES - Por favor, não foi não.

Em relação à política ambiental, vai ser revisto tudo, principalmente com Vossas Excelências.

É o momento agora, na LDO, de se fazer essa discussão, precisa ser revisto. Houve falhas? Houve. Ninguém está dizendo aqui que não houve falhas.

Eu já fui Secretário de Estado de Meio Ambiente e reconheço. Nós sabemos o que está acontecendo. Houve falhas? Houve. Agora, tem que ser averiguado, tem que ser punido, quem tem culpa no cartório tem que ser punido.

Então, nós precisamos, sim, discutir todas essas questões. Concordo totalmente, mas aqui é proposição. Os Srs. Deputados têm essa prerrogativa de discutir conosco e propor alterações. Isso nós precisamos fazer.

Quando eu falei de fazermos essa discussão da Assembléia, Deputado Silval Barbosa, é exatamente porque a Secretaria de Estado de Planejamento coordena a ação do Governo do Estado, mas ninguém melhor que o secretário finalístico para dizer, até porque não conhecemos - aí eu sempre ressaltai o papel do Deputado - todos os problemas que ocorrem lá na área finalística. Então, nós fazemos a coleta de informações, trabalhamos, buscamos fazer uma coordenação, mas a partir do momento que o secretário finalístico for chamado para que ele possa esclarecer ponto por ponto, isso ajuda muito na definição desses itens, para que possam ser esclarecidos o mais rápido possível e que possam ser encaminhados em nível de um projeto de lei.

Eu quero aproveitar a oportunidade - infelizmente a Dona Eroísa já saiu, que é representante da população, ela se colocou aqui - e dizer que a população precisa, sim, participar dessas audiências, porque é o momento, Dona Eroísa, de durante a elaboração porque hoje...

Eu concordo com a senhora totalmente, sou político também, a classe política anda muito desacreditada, mas hoje vivemos momentos diferentes. Hoje, o Governo do Estado não faz um único projeto sem aprovação do PPA, da LDO e da LOA.

Se o Governo Lula lançar um programa novo hoje, nós somos obrigados a fazer toda essa alteração do PPA, LDO e LOA e encaminhar para a Assembléia Legislativa.

Então, hoje, cumpre-se, executa-se o que está nas peças orçamentárias, se não tiver não pode ser executado. Se executar pode ser punido porque a Assembléia Legislativa vai fiscalizar. É um dos papéis da Assembléia Legislativa.

Então, é um processo de resgate, concordo com a senhora, a população está desacreditada, mas precisa, é o momento, se não participar da elaboração, depois não adianta pedir, não adianta pedir, porque não vai ter como realizar, porque não estava, vai ser muito cômodo para qualquer secretário dizer: "Eu não vou atender porque não está aqui no Orçamento". Então, é o momento da discussão, isso nós temos colocado, e aproveito a oportunidade, principalmente com a TV Assembléia, para dizer às pessoas que estão nos assistindo que há necessidade sim, nós não podemos perder a esperança.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Eu sempre concluo as minhas falas deixando uma pergunta no ar, Vereadora Aziza Baracat, eu sempre digo, eu poderia perguntar: que futuro nós queremos para nós? Eu sempre falo: que futuro nós queremos para os nossos filhos. Eu tenho uma responsabilidade, eu quero que meu filho, amanhã, olhe para trás e veja: o meu pai ajudou a fazer isso que está aqui. Isso não é para mim, como Secretário, é para qualquer um de nós. Então, é um processo que nós precisamos realmente participar.

Concluindo, com relação à questão da saúde, eu digo saúde, saneamento e água, porque na verdade nós estivemos numa reunião agora na semana passada, com o Conselheiro Valter Albano, onde nós fomos pedir ao Tribunal de Contas, que o Tribunal nos autorize a usar um percentual dentro dos 12% da saúde para saneamento, porque o Estado hoje não tem capacidade de fazer frente à questão de saneamento do Estado, foi repassado para o município, alguns municípios água e esgoto, mas o Estado, hoje, não tem... Você vê o orçamento é muito pequeno e realmente não tem capacidade. Então, nós estamos pedindo autorização e, por incrível que pareça, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde, não aceita. Nós sabemos que um real investido em saneamento, significa uma economia de cinco reais lá na frente nos hospitais, e o Ministério da Saúde não aceita. Só que nós já temos hoje jurisprudência de dois Tribunais de Contas, do Sergipe e do Piauí, Ceará, onde foi autorizado um percentual de 3% desses 12% para saneamento. Então, nós estamos pedindo a mesma coisa para o Tribunal de Contas. Se nos autorizar, nós vamos encaminhar à Assembléia Legislativa uma alteração, para fazermos isso ainda este ano. Precisamos investir em medicamentos, hospitais e médicos. Em pessoal é importante? É, mas saneamento é muito mais importante. E uma coisa que atrapalhou muito, Deputada Verinha Araújo, o Governo do Estado foi à questão do BID Pantanal. Porque o BID/Pantanal vem sendo discutido há anos e anos, e o Governo Federal não aporta recursos em Mato Grosso porque tinha recursos para o Pantanal, para o projeto BID/Pantanal.

Então, precisamos ter uma definição: Vai existir ou não vai existir o BID/Pantanal. Porque se não vai existir, o Governo do Estado vai ter que rever. E isso foi um projeto de uma grandeza incrível, que o recurso está emprestado, o Governo Federal está pagando juros dos recursos, e o BID/Pantanal não funciona, não existe. Quer dizer, precisa o Governo Federal ver, fala-se muito de preservação, fala-se muito de pantanal, biosfera da humanidade, mas esses recursos estão sendo alocados em outras áreas que não é meio ambiente.

E nós precisamos rever isso. O Governo Federal pode nos ajudar a resolver nosso problema - não estou falando como Governo, estou falando como cidadão- pode nos ajudar? Pode, aportando recursos no Ministério do Meio Ambiente para que nós possamos resolver o problema do pantanal. Porque o problema do pantanal se resolve com saneamento. Nós sabemos disso, é com saneamento que vamos resolver o problema do pantanal.

Agradeço a oportunidade, Presidente Deputado Silval Barbosa, e nos colocamos à disposição, não só neste momento. E gostaria, quero pedir aos Srs. Deputados, que continuem essa discussão, tem que ser aprofundada a discussão com a Secretaria de Planejamento, mas também uma discussão com as áreas finalísticas, porque nós estamos num processo de construção, estamos mudando a forma de gestão do Estado. E tudo isso passa por discussão. Eu sempre digo, se nós não conversarmos, nos transformamos em ilhas, porque eu não conheço o que você pensa. E só conheço o que você pensa através do jornal. Eu fico lá olhando a televisão para ver o que cada uma das pessoas que ali estão falando pensa.

Então, quanto mais reunião, quanto mais discussão, quanto mais audiência pública tiver, melhor para a sociedade mato-grossense. Porque nós vamos estar focando e também as pessoas vão poder acompanhar e sabe quem está querendo fazer alguma coisa de forma séria, de forma transparente. Espero que realmente essas audiências, no futuro, possam ser de fácil

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

entendimento para a população, que possamos estar trazendo à população uma clareza maior, porque é uma peça burocrática, sem dúvida alguma. Mas eu quero pedir neste momento aos Srs. Deputados que, após esta audiência, nos oriente no sentido do que os senhores querem que tragamos, ou melhor, que levemos para a audiência do dia 27, de forma que possamos melhorar essa discussão com a sociedade.

Isso nós queremos fazer. Não somos donos da verdade. Cada um dos Senhores, se tiver proposição que possa nos ajudar a apresentar melhor para a sociedade entender melhor, para que possamos discutir e sair de uma reunião construindo, automaticamente, é isso que todos nós queremos.

Em nome do Governador Blairo Maggi, eu agradeço esta oportunidade que a Assembléia Legislativa, mais uma vez, nos dá para que possamos não só estar cumprindo com o aspecto legal, mas também trazendo esclarecimento dos trabalhos do Governo do Estado para a população mato-grossense. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Nós é que agradecemos o esclarecimento do Secretário Yênes Magalhães.

Vossa Excelência colocou que vai precisar para a Audiência Pública do dia 27, primeiro, que os Secretários de Governo estejam presentes para que nós possamos ter um resultado maior por Secretaria, de cada Secretário. Isso aqui praticamente foi unanimidade da Mesa. Com certeza, nós vamos encaminhar, depois do relatório desta Audiência Pública, a Vossa Excelência e lá, certamente, apontará os itens não só das sugestões, mas das reivindicações que foram feitas aqui por parte dos Vereadores, dos Deputados, por ser a primeira audiência.

Nós temos alguns pontos polêmicos, que é o caso que prevê o desmate do ano que vem. Certamente nós vamos precisar de um estudo do que realmente o Estado tem de áreas ainda a serem desmatadas, se é esse volume todo. Então, essas informações, certamente, nós queremos para o dia 27.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio, no máximo três minutos.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Deputado Silval Barbosa, eu quero dizer que está aí o planejamento do Governo.

A Deputada Verinha Araújo questionou os dois milhões de hectares. Daí a assessoria virou e falou: “Olha, isso foi antes dos escândalos”. Quer dizer, depois do escândalo vai poder mudar? A assessoria colocou desse jeito. Será que nós teremos que ter outros escândalos para fazermos um planejamento decente?

Outra coisa, esse planejamento que está tendo é das minorias. Não adianta. Eu vou falar estrada, através do FETHAB, vai ser para onde? Quem tem dinheiro... Os consórcios são para onde tem dinheiro ou para onde não tem dinheiro? É para onde tem dinheiro. Então, os consórcios vão ser feitos para quem tem dinheiro para pagar.

Então, é um planejamento... Outra coisa: não estão cumprindo o planejamento. A Deputada Verinha Araújo mostrou ali as metas, os projetos e os programas não estão chegando a um objetivo final e não estão sendo cumpridos. Não adianta taparmos o sol com a peneira. A Deputada Verinha Araújo mostrou nos gráficos que muitos projetos e muitos programas sequer atingem 50%.

O discurso é muito bom, o discurso é fácil, mas na prática não estão conseguindo implantar um planejamento adequado.

Tudo bem. Eu quero aqui dizer que até hoje os consórcios, que é onde tem mais dinheiro para investimento, estão sendo nas regiões de produção de soja. Agora que está iniciando o primeiro consórcio na região de pecuária. E nas regiões que não é nem soja e nem pecuária, que é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

questão ambiental, que é a questão da Baixada Cuiabana? E aí, que planejamento tem para essas regiões?

Vamos supor, se eu sou um empresário, tenho dinheiro para dar de contrapartida, o consórcio vai para lá. E as regiões que não tem dinheiro para dar contrapartida, isso é planejamento? Qual é o papel do dinheiro público, gente? Qual é o papel do Orçamento? É para distribuir para a população mais carente. A distribuição de renda é em cima do Orçamento.

Então, hoje não está se tendo distribuição de renda em cima do Orçamento. Estão aqui os Vereadores de Várzea Grande que pediram o quê? Saneamento básico. Tantos investimentos que o Governo está fazendo menos prioritário que saneamento básico, está pedindo água para o povo.

Então, eu quero aqui fazer um questionamento, porque é aí que eu quero dizer... Desculpe-me o Secretário, mas fica aquele discurso extremamente técnico, dizendo que nós estamos fazendo planejamento, coordenando, o Estado está se desenvolvendo de forma ordenada, planejada, bem definida, mas é só no discurso, porque na prática você não vê concretamente isso daí.

No Orçamento nosso está havendo o quê? Concentração de renda; está se investindo em quem menos precisa.

E isso que estamos ouvindo aqui, eu não acredito. Eu espero, Secretário, que Vossa Excelência acate mais as nossas emendas, porque a Lei de Diretrizes Orçamentárias é preponderante para o Orçamento. E que realmente as regiões mais carentes, que têm o IDH mais baixo, que têm uma qualidade de vida menor, sejam priorizadas no Orçamento de 2006.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - A Deputada Verinha Araújo pediu a palavra, pela Ordem, mas antes de conceder eu quero registrar a ausência do Deputado Ságua, que pediu para a Deputada Verinha Araújo representá-lo porque o mesmo está no Sindicato dos Bancários num Seminário de Reforma Política.

Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Verinha Araújo, logo após eu passarei a palavra ao Secretário para fazer suas considerações finais.

A SR. VERINHA ARAÚJO - No Orçamento de 2005, que está em curso, há previsão de aplicação de trezentos e quarenta e seis milhões do FETHAB, ou algo em torno disso... Trezentos e dois, mas, além do FETHAB, tem outro recurso, por isso que dá trezentos e quarenta e seis milhões, e falo da Secretaria de Infra-estrutura como um todo. Então, vejam bem, desse montante no Orçamento que nós votamos, Vereadores de Várzea Grande, havia inclusive ações de saneamento contidas com relação a esse recurso na infra-estrutura e ações. Tinha sim, saneamento. Então, o que é que ocorre? Nós estamos discutindo a questão do saneamento, de retirar dos recursos da saúde. Eu não quero dizer... Eu só quero dizer ao Secretário que não é uma deliberação do Governo Federal de não utilizar os recursos da saúde para saneamento, isso é Lei, é Lei, nós votamos lá, além do SUS, o que você pode usar lá como recurso... Pois é, é o Conselho Nacional, então não é o Governo Federal. O Conselho Nacional de Saúde é composto por várias entidades, movimentos sociais, governo, usuários, etc. Então, precisa recolocar essa questão.

Eu quero levantar aqui que votamos na Assembléia Legislativa o Orçamento, a LOA e ficou designado ao Governo do Estado enviar à Assembléia Legislativa as ações regionalizadas nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, o FETHAB e recebemos essa documentação lá. Então, eu gostaria que na Audiência Pública do dia 27 houvesse um demonstrativo, já que nós vamos ter prefeitos lá, daquilo que vocês enviaram para a Assembléia Legislativa. Mesmo que ele não vá agora, a LDO é mais ampla, mas é importante ter essa referência para sabermos desses meses já executados, estamos já adentrando no mês de julho, o que é que de fato foi executado naquelas ações regionalizadas. Eu vou fazer essa pergunta no dia 20, agora, no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

dia 20 nós vamos ter uma Audiência específica da Execução Orçamentária, e quero saber daquilo que foi regionalizado e que de fato foram cumpridos na área de educação, de saúde e de FETHAB. Porque, infelizmente, o que nós temos observado na área de educação, principalmente, é uma ação política da Secretária de fazer, inclusive, as ações naqueles municípios que ela tem interesse futuro, já que sabemos que ela ou o marido pode vir a ser candidato. Então, aí é complicado você discutir planejamento. Chega na hora da execução e vai de acordo com os interesses de quem está na pasta.

Então, nós vamos observar essa questão, mas já quero deixar como proposta que nessa audiência do dia 27 haja esse demonstrativo até para que os Deputados tragam isso novamente para si, naquilo que foi planejado e ser executado e trazer os Prefeitos também para essa questão, porque já são praticamente seis meses de gestão.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Passa ao Secretário Yênes para as considerações finais.

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Presidente, obrigado, bem rapidinho.

Deputada Verinha Araújo, eu pedi para o pessoal me trazer a proposição da LDO. Na verdade, o que está colocado aqui como objetivo estratégico, é garantir o uso ordenado de recursos naturais visando o desenvolvimento socioeconômico com qualidade ambiental, licenciamento de propriedades rurais. Não significa que vai desmatar. Licenciamento o que já está aí. Não significa que é só coisa nova. Nós sabemos que tem muita coisa irregular e que precisa ser licenciada.

Então, a FEMA apresentou uma meta de licenciar. Não, já está desmatado, você entra para fazer licenciamento. A lei permite o quê? Numa área de floresta você...

(NESTE MOMENTO, OS PARTICIPANTES FALAM SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Licencia, você vai fiscalizar. Você vai fiscalizar. Ou porque ele desmatou ilegalmente você vira dá costas? Você vai licenciar. Você chega lá e vê se ele está cumprindo a legislação ambiental no que diz respeito a, por exemplo, área de floresta, ele tem que manter oitenta por cento e desmatar vinte por cento. Se ele descumpriu, vai ser punido por isso. Fazer o licenciamento, processo licenciamento. Você tem que licenciar. Você vai lá, você pune, ou você pega e regulariza. Mas você tem que fazer.

Então, é isso que está colocado aqui. Se está irregular...

(NESTE MOMENTO, OS PARTICIPANTES FALAM SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. YÊNES MAGALHÃES - Sim, gente, é fazer o licenciamento. Não, aqui não está dizendo, aqui não está dizendo, Presidente Silval Barbosa, que vai emitir licença para quem está errado. É o processo de licenciamento. É você ir e fazer a fiscalização. Fiscalização também faz parte do licenciamento. Quando nós falamos de planejamento, falamos da elaboração, da execução, da avaliação do replanejamento. Isso é planejamento. Da mesma forma o licenciamento. Ele também tem a parte da fiscalização. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, a questão dos consórcios. Nós temos que ver se os consórcios estão realmente correndo nas áreas produtivas, porque são os próprios empresários, que já pagam seus impostos, que já pagam o FETHAB, que vêm tirar uma margem do seu lucro para fazer com que aquilo possa acontecer. Ou ele poderia ficar parado e o Estado também não teria capacidade de fazer. Foram os consórcios, na verdade, são esses consórcios, são esses convênios que estão proporcionando a Mato Grosso, hoje, poder executar os asfaltos por um terço do valor que era executado no Governo passado. Se não fosse a credibilidade que o Governador Blairo Maggi tem hoje com os Srs. Prefeitos, com a classe produtiva, não existiriam consórcios.

Agora, vale ressaltar mais uma vez, eu quero chamar atenção para a questão da regionalização. A partir deste ano o orçamento de investimento será 100% regional. Depois que os Srs. Deputados, Sr. Presidente, Deputado Silval Barbosa, falarem que vão aplicar tantos milhões

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

naquela região em estrada, em saúde, em educação, não poderá alterar. Só poderá alterar com autorização dos Senhores. Então, isso é importante. Foi um grande avanço que ocorreu, fruto de um trabalho puxado pela Assembléia Legislativa.

E também eu quero, neste momento, dizer uma coisa que considero extremamente importante e que esse Governo está fazendo. Qual Governo trouxe um relatório de ação governamental transparente, mostrando seus problemas, mostrando até que tem programas que são executados menos de 30%? Nós estamos fazendo isso. Os Srs. Deputados receberam relatório de ação governamental de 2004, mostrando a avaliação de cada um dos programas. E isso nós estamos construindo. Nós poderíamos nem ter feito esse relatório de ação governamental e ter encaminhado outras prestações de contas aos Senhores. Mas nós resolvemos, mostramos ao Governador. Estamos mostrando os nossos problemas. É isso que nós queremos, tratar com transparência e fazer com que todos os nossos gestores, seja Secretário, seja um Gerente, um Coordenador, tenham responsabilidades porque esse relatório tornou-se público. Ele está no *site* da SEPLAN. Ele foi entregue a cada um dos Srs. Deputados. Senão, nós poderíamos forjar e trazer uma realidade que não era a que estava sendo executada. E também nós estamos propondo. O relatório existia somente do ponto de vista financeiro. Nós estamos fazendo do ponto de vista de se alcançar metafísica. Se eu prometi que quero baixar a criminalidade em tantos por cento, eu tenho que fornecer para os senhores, que são os fiscalizadores do Executivo, dados para que possam avaliar se o Estado está cumprindo a meta ou não.

Então, esse é processo de planejamento que eu estou dizendo que nós estamos buscando fazer. Há uma determinação do Governador Blairo Maggi de promover com a maior transparência possível, independente que esse relatório traga os problemas que nós estamos causando.

Finalizando, Srs. Presidente, em relação à questão de universidade. A UNEMAT, infelizmente, foi criada para um objetivo. Hoje, a UNEMAT se pulverizou no Estado de Mato Grosso. Nós temos centro avançado da UNEMAT que não tem um professor titular, nenhum. Nós temos centro que é 100% terceirizado, e não pode ocorrer isso.

A determinação do Governador qual foi? Isso ele deixou bem claro: enquanto a UNEMAT não se estruturar no município onde já está, e é uma obrigação, tem que ter professores titulares em todas as localidades onde tem os centros avançados da UNEMAT, não se amplia, porque senão nós vamos ficar querendo atender e teremos que ter 141 UNEMATs, uma em cada município, e não tem recurso para isso. Nós já estamos investindo bastante do Orçamento.

Os Srs. Deputados aprovaram 4,2% do Orçamento para a UNEMAT, mas agora precisa ser racionalizado. É preciso tratar a UNEMAT com muita seriedade.

Sr. Presidente, mais uma vez, agradeço esta oportunidade.

Sem dúvida nenhuma, na Audiência Pública do dia 27, nós vamos estar levando, Deputada Verinha Araújo, a solicitação de Vossa Excelência, e também os Secretários para que possam estar nos ajudando a fazer esclarecimento. Se bem, Deputado Silval Barbosa, como eu disse, na LDO, o Secretário nem sabe qual vai ser o Orçamento dele no ano que vem. Mas, de qualquer forma, nós estaremos levando porque há necessidade de eles fazerem a prestação de contas até do que já foi autorizado pelo senhores neste ano de 2005. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Queremos agradecer ao Secretário Yênes Jesus de Magalhães; ao Osceário; em especial, quero agradecer ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Gonçalo Almeida, e, em seu nome, agradeço a todos os Vereadores e Vereadora que participaram desta Audiência Pública; agradecer aos Srs. Deputados Robson Silva, Zé Carlos do Pátio, Verinha Araújo, Riva, Zeca D'Ávila, Campos Neto, João Malheiros, Clóvis Roberto, enfim, todos os Srs. Deputados que participaram; agradecer ao Sr. Arnaldo, Secretário Adjunto da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A LDO 2006, REALIZADA EM VÁRZEA GRANDE, NO DIA 13 DE JUNHO DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Secretaria de Estado de Planejamento, a toda a equipe técnica presente, imprensa, e também aos Secretários Municipais de Administração que se fizeram presentes.

Agradeço a nossa equipe, a assessoria, a equipe de taquigrafia, o cerimonial. Muito obrigado.

Aproveito a oportunidade para convidar todos para a Audiência Pública, do dia 27, às 14:00 horas, na Associação Mato-grossense dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Será a última Audiência Pública para tratarmos da mesma pauta. E vamos contar com o máximo de prefeitos.

Declaro encerrada esta Audiência Pública. Muito obrigado (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.